

PORTUGAL NÃO QUER ESTA POLÍTICA!

Em todos os sectores da vida nacional, os trabalhadores e todo o povo tomam nas mãos a defesa de Abril, das suas conquistas, da sua Constituição

22
sábado

Em **Lisboa**, às 16 horas, na Praça da Figueira, manifestação contra o aumento do custo de vida

No **Porto**, às 15 e 30, na Praça Humberto Delgado, manifestação contra o aumento do custo de vida

25
terça

Em **todo o País**, de Norte a Sul, manifestações, concentrações, paralisações em apoio dos heróicos trabalhadores da Reforma Agrária, contra a criminosa ofensiva do Governo Carneiro-Amaral

26
quarta

27
quinta



O aniversário da nacionalização da banca — agora atacado pela política do governo da direita — foi assinalado nas ruas pelos trabalhadores bancários



Foi na terça-feira passada, após a violenta repressão que envolveu a entrega de mais uma reserva, desta vez na UCP Liberdade da Graça do Divor, onde foram espancados sete trabalhadores agrícolas. Na foto os seus camaradas distribuem comunicados à população que os recebe com interesse solidário



Os Trabalhadores da Comunicação Social manifestaram-se nas ruas de Lisboa contra o assalto do Governo AD aos órgãos de informação. Os trabalhadores da RDP aderiram, entretanto, em massa à greve declarada na emissora pelos organismos representativos

Em pouco mais de um mês aderiram ao PCP 5000 novos militantes, metade da meta de 10 000 adesões colocada pelo Comité Central a todo o Partido

Entrevista com o camarada Blanqui Teixeira sobre o andamento da promoção

págs.centrais

PRIMAVERA

A confiança profunda dos comunistas no futuro da Pátria de Abril floresce nos próprios nomes das suas iniciativas. Esta Primavera marcada pela política da direita contra o povo dá também nome a duas grandes festas populares:

- **Festival da Primavera**, nos dias 29 e 30 de Março, no Pavilhão da Académica da Amadora, organizado pela Juventude Comunista Portuguesa.
- **Festa da Primavera-80**, nos dias 28, 29 e 30 de Março, em Santarém no recinto da Feira Nacional da Agricultura, organizada pela Organização Regional de Santarém do PCP

A Festa do "Avante!" já está a andar!

Editorial

BIPOLARIZAÇÃO E CONFRONTAÇÃO TEORIA E PRÁTICA DA DIREITA

A agudização da situação política nacional e o ascenso do movimento democrático e popular de massas contra a política do Governo PPD/CDS, traz a lume algumas questões de crescente actualidade e actualidade política.

A chamada «bipolarização» — uma concepção profundamente reaccionária assente na divisão e na oposição violenta das forças sociais e políticas no seio da sociedade portuguesa — é, como se sabe, da autoria do actual Primeiro-Ministro, Sá Carneiro.

No período que antecedeu a ascensão de Sá Carneiro à chefia do Governo em resultado das eleições intercalares de Dezembro, à expressão prática daquela concepção aberrante, foi o que na altura chamámos ajustadamente de desestabilização da situação nacional em todos os domínios: político, social, económico e militar.

No período posterior, no decurso destes dois meses e meio da vigência do Governo PPD/CDS, a expressão prática da «bipolarização» tem sido a da ruptura das instituições aliada à confrontação generalizada, social e política, neste último caso, em particular, com os órgãos de soberania garantidos da Constituição — o Presidente da República e o Conselho da Revolução em termos de conflito aberto — do Governo e da Assembleia da República, esta dominada pela sua maioria ainda que tangencial.

Sabe-se que no período que antecedeu o actual Governo, durante o qual as forças reaccionárias, embora dominando os sucessivos governos, estavam politicamente desunidas e parlamentarmente divididas e minoritárias, a desestabilização da situação nacional tinha por objectivo arrastar o País para um impasse constitucional, para uma situação sem saída no quadro das instituições democráticas, uma completa desorganização da vida nacional que permitisse uma solução inconstitucional e golpista da crise, favorável aos interesses parasitários do grande capital e dos latifundiários, garantindo simultaneamente o regresso das forças desforristas do passado sequelosas do poder político a qualquer preço.

Este objectivo falhou pela convocação das eleições intercalares de Dezembro; a saída constitucional da crise representou na altura uma séria derrota das forças reaccionárias, independentemente do resultado vitorioso das eleições que lhes proporcionaram o controlo do Governo e uma maioria parlamentar, embora conjuntural e precária.

E agora então aí temos a «bipolarização» em formas novas, posta em prática pelo Governo fascizante de Sá Carneiro apoiado pela maioria parlamentar reaccionária com toda a sua dinâmica de agressão e de ruptura institucional. Torna-se cada dia mais notório que os acontecimentos provocados pela Aliança reaccionária através da acção do Governo e da maioria parlamentar obedecem à lógica política e à lógica de classe da concepção aberrante de Sá Carneiro quanto à chamada «bipolarização» da sociedade portuguesa.

O PCP já denunciara o Governo e o seu projecto político como um golpe disfarçado contra a democracia. O disfarce caiu e a prática aí está a demonstrar a justeza das denúncias do PCP.

Sá Carneiro e a sua maioria parlamentar reaccionária representam agora a desacreditada farsa do ladrão que grita «agarra que é ladrão!».

Toda a sua política tem sido de aberta confrontação com a democracia e com os trabalhadores mas o Primeiro-Ministro veio afirmar com o maior deslante, na sua entrevista

televisiva de quinta-feira, 13, que é afinal o Governo «que tem concentrado sobre ele confrontação».

E, está claro, uma confrontação «bipolarizada» em que num pólo se encontra o «pobre» e «inocente» Governo de Sá Carneiro e a sua Aliança reaccionária e no outro um saco de forças no qual o Primeiro-Ministro mete o Presidente da República, o Conselho da Revolução, o PS, todos eles liderados... pelo PCP!

A tática não é nova, já tem barbas. A personalidade adunca de Sá Carneiro imita a adunca personalidade de Salazar quando outrora tentava calar os recalitrantes não comunistas da sua política fascista apodando-os de comunistas, de agentes do PCP e de Moscovo.

Claro que há diferenças: Salazar morreu decrépito na idade e nas ideias políticas e Sá Carneiro vive e só está decrépito nestas últimas — Salazar era o ditador num Estado dominado por um regime fascista e Sá Carneiro é apenas um aprendiz de ditador que exerce as funções de Primeiro-Ministro num Estado democrático, saído duma Revolução tão profunda como o 25 de Abril.

O objectivo de Sá Carneiro é, contudo, o mesmo que o de Salazar no passado: paralisar a iniciativa das forças democráticas e de todos os patriotas não comunistas que cada vez mais se levantam contra a política da direita no Governo, dividi-los, provocar entre eles reacções negativas contra as propostas e a prática política dos comunistas portugueses dirigidas no sentido da unidade e da necessária acção comum em defesa da democracia e das conquistas fundamentais da Revolução.

Em mais de uma passagem da sua entrevista à RTP, o Primeiro-Ministro fala na «oposição parlamentar e extra-parlamentar liderada pelo PCP».

O estafado bordão de Sá Carneiro só convence quem a ele necessita de arrimar-se para justificar posições anticomunistas mais ou menos primárias, fantasistas e irrealistas.

O descoco do Primeiro-Ministro contra o PCP é uma bala que lhe sai pela culatra.

Toda a política do seu Governo nestes dois meses e meio de vigência tem sido de indistância e aberta, confrontação com o PR, o CR, a oposição e as massas populares.

O Governo desde a primeira hora, pela descabelada e intempestiva iniciativa de Freitas do Amaral, põe em causa a legitimidade constitucional da intervenção do Presidente da República em áreas como a política externa; inverte o sentido independente e progressista das nossas relações externas e a política de defesa da paz tradicionais do Portugal de Abril — determinantes políticas que têm além disso força constitucional; nas relações entre o Governo e o Presidente da República — afirma Sá Carneiro na entrevista à RTP — não pode haver «solidariedade institucional sem solidariedade política», o que implicaria um alinhamento do Presidente da República com medidas do Governo da Aliança reaccionária que colidem abertamente com a Constituição.

O Governo, a maioria parlamentar da Aliança reaccionária e toda a imprensa fascista e fascizante que o apola, desencadearam hostilidades contra o Conselho da Revolução, insultam e fazem torpes insinuações contra alguns conselheiros.

O respeito pelo Estatuto da Oposição evocado à boca cheia pelo Primeiro-Ministro e outros dos seus pares no Governo

e na maioria parlamentar é atirado às malvas no que tem de mais substancial.

O Governo tem manifestado o mais sobranceiro desprezo pela oposição, não comparece aos debates parlamentares em momentos em que é directamente visado; no último debate das interpelações do PCP e do PS sobre a política de preços o Primeiro-Ministro responde regateiramente às acusações da oposição, foge a qualquer resposta objectiva e fundamentada, expõe ao sol a indigência da sua política.

O Primeiro-Ministro substitui-se ao poder judicial para decidir da existência de corrupção e compadrio, negando-os, em sectores e por componentes do seu Governo, designadamente do MAP e do secretário de Estado Goulão, da CAP, que faz desencadear sobre os trabalhadores do Alentejo o seu ódio de classe de grande latifundiário.

O Governo de Sá Carneiro e a sua maioria parlamentar conjuntural e precária fomentam e desencadeiam a confrontação institucional e depois vêm acusar clinicamente a oposição de tais iniciativas.

É no plano social que a política de confrontação do Governo assume, porém, as formas mais abertas e descaradas.

O que se passa na Zona da Reforma Agrária é o cúmulo da ilegalidade e do arbítrio, impostos pela força dos bastões, dos blindados, das metralhadoras, dos cães-pólicas e do ódio feroz à Reforma Agrária de vários oficiais e praças da GNR que estão perdendo todo o senso de humanidade e de cumprimento da lei a que são constitucionalmente obrigados.

É o esbulho e o saque puro e simples que hoje fazem lei na Zona de Intervenção da Reforma Agrária por iniciativa dos governantes.

O Primeiro-Ministro diz veladamente aos microfones da RTP que o PCP é que incita à violência e ao não acatamento da lei «servindo-se dos trabalhadores agrícolas para os atirar contra o Governo, para tentar aquilo que o PCP não consegue fazer com a força dos votos, não consegue fazer com a força da política» quando é precisamente o Governo que ali instaura a «lei do gatilho».

O chefe do Governo procura iludir o facto de no Alentejo da Reforma Agrária a votação do PCP ter passado de um total de 126 461 para 153 955 votos para a Assembleia da República e de nas eleições para as autarquias ter aumentado substancialmente o número das que escolheram maioria comunista e APU, o facto de o PCP ter reforçado em toda a região a sua autoridade política democrática.

Quando o Primeiro-Ministro afirma ameaçadoramente que «a lei não se discute» procura ocultar o facto indiscutível de o Governo desrespeitar abertamente a lei e a Constituição na sua ofensiva ilegal e violenta para destruir a Reforma Agrária.

A resistência heróica e firme dos trabalhadores da Reforma Agrária contra a feroz ofensiva do Governo, as grandes jornadas de solidariedade com a Reforma Agrária dos dias 25, 26 e 27 não são nem: serão como pretende o Primeiro-Ministro, iniciativas de agitação política do PCP mas irreprimíveis afirmações duma vontade indomável dos trabalhadores da Reforma Agrária de defenderem firmemente a mais bela conquista da Revolução de Abril, o seu direito ao trabalho, o pão dos seus filhos.

E nesta heróica resistência contam com a solidariedade activa e combatente de todos os trabalhadores e patriotas portugueses.

O Primeiro-Ministro tripudia com os números para iludir as justas reivindicações da classe operária, duramente afectada pela política social do Governo.

Com um farisaísmo digno de melhor sorte, joga com as percentagens dos pedidos de aumento dos salários de milhares de trabalhadores para tentar fazer crer que quanto mais subirem os salários mais elevada será a inflação.

O Primeiro-Ministro, que recusa aos trabalhadores uma melhoria de 25 ou 30 por cento nos seus salários, silencia os aumentos imorais de 27 contos que os ministros se concederam a si próprios, numa percentagem superior a 70 por cento.

Curiosa filosofia — mas não nova — na resposta às exigências vitais dos trabalhadores.

As poderosas lutas da classe operária portuguesa, que mobilizam por todo o País milhões de trabalhadores em formas diversas, das manifestações à greve, das concentrações às paralisações parciais, são autênticas acções de subsistência e sobrevivência e são além disso uma barreira de luta e de unidade da classe operária que se ergue contra a política do Governo.

As concentrações e comícios de sábado em Lisboa e Porto, convocada pelas organizações das mulheres, sindicatos e várias outras estruturas populares e as acções anunciadas pelos trabalhadores de outras regiões do País contra a política salarial do Governo e pela elevação das condições de vida do povo, a grandiosa jornada de solidariedade com a Reforma Agrária nos próximos dias 25, 26 e 27 revestir-se-ão seguramente de um enorme significado na luta contra o Governo da Aliança reaccionária.

CADA vez mais a unidade de todos os democratas e patriotas, em particular de socialistas e comunistas, se torna uma necessidade histórica para travar e derrotar a política antipopular e antinacional do Governo Sá Carneiro, para arredar da governação do País forças que querem destruir as grandes conquistas dos trabalhadores e de todo o povo.

Reforçar a unidade, o entendimento, o diálogo é um imperativo categórico da hora actual — a luta contra o divisionismo é inseparável da luta contra a reacção e o seu Governo.

Neste contexto de luta, Otelo Saraiva de Carvalho surge mais uma vez a lançar as sementes da divisão, do aventureirismo, da irresponsabilidade. Os seus apelos aventureiros aos trabalhadores da Reforma Agrária são um autêntico insulto àqueles que no Alentejo e no Ribatejo, solidariamente apoiados em estruturas de luta e de organização que deram as suas provas, têm sabido conduzir uma acção paciente e firme contra a política do Governo da direita e a rapina dos latifundiários.

As ambições pessoais de Otelo não têm nenhuma relação com a pequenez da sua influência política real. Otelo Saraiva de Carvalho publicita-se a si mesmo como «o general dos trabalhadores».

Mas a classe operária portuguesa, os assalariados rurais do Alentejo e do Ribatejo, lembram-se ainda de um outro demagogo que se atribuía a si próprio o pomposo título de «grande educador do proletariado».

A história do movimento revolucionário está cheia de falhanços fenomenais para as grandes ambições, mesmo e quando alimentadas e acarinhadas pelos círculos interessados em manter sobre a Terra a exploração sob todas as suas formas.

Álvaro Cunhal visita a Síria e o Líbano

Uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal, efectuou uma visita à República Árabe da Síria, tendo sido recebida por Hafez El-Assad, presidente da República e secretário-geral do Partido Baas da Síria.

A delegação do PCP, que integra o camarada Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional, teve ainda um encontro com Abdel-Halim

Mhadam, membro da direcção nacional do Partido Baas e ministro dos Negócios Estrangeiros da Síria e manteve conversações com uma delegação do Partido Baas da Síria dirigida por Fawaz Sayagh, membro da direcção nacional e responsável das relações exteriores do partido.

No decorrer das conversações, o Partido Baas da Síria e o Partido Comunista Português assinaram um

comunicado conjunto e um acordo de cooperação.

Na sequência da visita à Síria, a delegação do PCP deslocou-se ao Líbano, onde efectuou conversações com a Organização de Libertação da Palestina (OLP) e o Partido Comunista Libanês.

Declarações de Álvaro Cunhal

A visita à Síria enquadra-se nas boas relações que

temos, de há muito, com o Partido Baas da Síria, que se tem feito representar nos Congressos do nosso Partido e que já mais de uma vez convidou delegações do PCP a visitar a Síria — declarou-nos o camarada Álvaro Cunhal, na manhã da passada sexta-feira, à partida da delegação do PCP.

Esta visita — prosseguiu o secretário-geral do PCP — estava há muito prevista e já fora adiada várias vezes.

Foi marcada esta data sem qualquer correspondência com a situação interna em qualquer dos dois países. O momento em que a visita se efectua não tem, assim, qualquer significado.

Compareceram no aeroporto de Lisboa a apresentar cumprimentos de despedida à delegação do PCP os camaradas Jorge Araújo, membro do Secretariado do CC, e Adelino Pereira da Silva, membro do Comité Central.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 708345.
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 789744/789751.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 789725/789722.

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 779826/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV — 1000 Lisboa. Tel. 789705 (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 28338.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 185, Pedreira — 3000 Coimbra. Tel. 31285.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779826.
PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 779826/779752. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impressão na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Fevereiro: 72 037



edições
Avante!

pequena biografia de



por EVGUÊNIA STEPÁNOVA

edições
Avante!
Preço: 90\$00

CDL a distribuição

VIAGENS

À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

INSCREVA-SE JÁ!



Passo 1.º de Maio na RDA

Excursão de 25 de Abril a 3 de Maio — 25 200\$00
Nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro
Excursões de 9 dias — 25 200\$00
Excursões de 14 dias — 28 700\$00

Nos melhores hotéis e com tudo incluído
Facilidades de pagamento

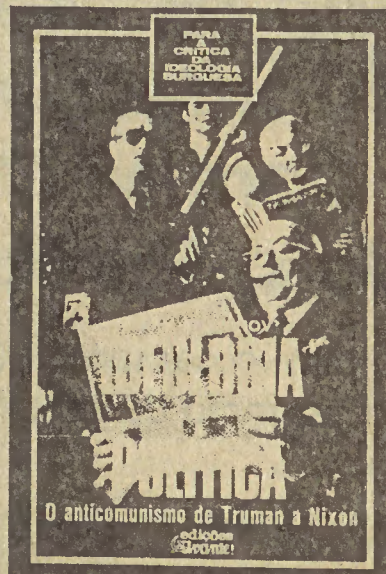
Dirija-se à ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-RDA
Praça José Fontana, 17-4.º
1000 LISBOA
Telefone: 539821/2



IDEOLOGIA E POLÍTICA

Vadim Kortunov

O ANTICOMUNISMO DE TRUMAN A NIXON



Profunda investigação sobre a luta irreconciliável que a ideologia marxista-leninista trava contra a ideologia burguesa, no campo internacional.

Preço 160\$00
355 pág.

A cores ou a preto-e-branco o Governo assalta a Comunicação Social

Desde a sua entrada em funções, o governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral não tem escondido o seu apetite de controlo sobre a comunicação social estatizada, ao mesmo tempo que utiliza os órgãos de imprensa que lhe são afectos em campanhas que visam provocar confrontos entre órgãos de soberania. No passado domingo, Sá Carneiro foi ouvido, a cores, pela RTP, e não corou quando afirmou que o seu governo não pretende ser «policia dos jornalistas». Mas o rol das acções intoleráveis que o governo Carneiro/Amaral já lançou contra a liberdade e a independência da informação mostra bem que o governo, por si ou por interpostas pessoas, se está a transformar no «ladão da informação», ao assaltar descaradamente os órgãos de comunicação social que são propriedade do povo português.

Os trabalhadores dos meios de comunicação social estatizados, ao fim de dois meses, já estão a sentir os efeitos do assalto do governo PPD/CDS em praticamente todos os sectores da comunicação social. O rol das ilegalidades, arbitrariedades e prepotências surge de braço dado com as ameaças constantes à liberdade de informação e à segurança de trabalho de um vastíssimo número de profissionais de informação que o governo em funções pretende transformar em meros funcionários da sua propaganda e das suas acções de desestabilização do regime democrático.

Vale a pena recordar os principais factos da ofensiva do governo Carneiro/Amaral, factos que, por si só, desmentem a inocência com que o primeiro-ministro se pre-

tendeu mostrar aos portugueses no passado domingo:

● Na RTP: assim que entra em funções, o governo demite o presidente da Comissão Administrativa e nomeia para o cargo um homem da sua confiança. Este, por sua vez, demite o director do 2.º Canal e empreende uma série de «reestruturações», sobretudo no sector da informação, que têm em vista adaptar a TV às emissões a cores... Isto é, ao laranja e azul da «Aliança reaccionária». Simultaneamente, a CA nega o direito de antena à CGTP-Intersindical e proíbe a transmissão de um filme sobre o III Congresso.

● Na RDP: para mais facilmente poder levar o seu plano, o governo coloca à frente da empresa homens da sua confiança demitindo

gestores, declara a RDP em situação económica difícil e demite uma série de profissionais de funções de chefia e coordenação, substituindo-os por «gente sua», entre a qual indivíduos que já tinham ocupado lugares de responsabilidade durante o regime fascista. Indo mais longe, os homens do governo na RDP negam-se a reconhecer a existência do Conselho de Redacção, ao mesmo tempo que instauram um clima de ilegalidade e intimidação tentando contrariar a realização das greves decretadas pela esmagadora maioria dos trabalhadores.

● Na EPNC: também a empresa pública proprietária dos jornais «Diário de Notícias» e «Capital» não escapou à sanha de controlo do governo Carneiro/Amaral. Depois de demiti-

tida a anterior CA, Sousa Tavares e Rodolfo Iriarte regressaram aos quadros directivos do segundo daqueles jornais, contra a vontade manifestada pela esmagadora maioria dos profissionais de informação que nele trabalham. Entretanto, e para intimidar os trabalhadores da empresa, o governo decreta-a em situação económica difícil.

● No «Diário Popular»: aqui, trata-se da existência de práticas censórias intoleráveis praticadas pela direcção do jornal e amplamente denunciadas pelo Conselho de Redacção.

● Na ANOP: na agência noticiosa nacional, o governo pratica o mais descabelado compadrio, promovendo homens seus a funções de chefia.

A resposta dos trabalhadores

Na passada quinta-feira, milhares de manifestantes concentraram-se nos Restauradores respondendo ao apelo de 18 sindicatos de trabalhadores da Comunicação Social, frente às instalações da Secretaria de Estado da Comunicação Social.

A concentração, convocada para protestar contra o controlo da informação por parte do governo Carneiro/Amaral e dos partidos que o apoiam, constituiu uma importante jornada de luta contra o assalto do governo aos meios de comunicação social estatizados e a sua realização constitui o mais firme desmentido das afirmações expendidas por Sá Carneiro perante as câmaras da televisão.

A realização, nestes dias, da greve da Radiodifusão é, igualmente, uma manifestação da vontade de luta dos trabalhadores do sector que, neste caso, vão enfrentar um clima de intimidação criado pelo Conselho de Gerência da RDP, materializado na publicação de ordens de serviço em que se pedidas às chefias o levantamento nominal dos trabalhadores que aderirem à greve...

A política de informação do governo Carneiro/Amaral constitui um retrato de corpo inteiro da sua actuação em todos os sectores da vida nacional. É por isso que na manifestação da passada quinta-feira, os trabalhadores da comunicação social afirmaram: «Na Rádio, Televisão e Jornais — Fascismo nunca mais!»

Praça da Figueira, no sábado Contra o aumento do custo de vida

A Comissão Organizadora da Concentração Contra a Alta do Custo de Vida, a realizar no próximo sábado, dia 22 de Março, na Praça da Figueira em Lisboa, promoveu na passada terça-feira uma conferência de imprensa para apresentar a Comissão Organizadora da Concentração e divulgar os objectivos da mesma.

Fazem parte da Comissão Organizadora o Movimento Democrático das Mulheres (MDM), o Departamento de Mulheres da União dos Sindicatos de Lisboa (USL), o Departamento de Jovens da USL, as Comissões Unitárias de Mulheres para a alta do custo de vida, o Secretariado Distrital das Comissões de Moradores do Distrito de Lisboa, a Comissão Distrital do Movimento Unitário dos Reformados e Pensionistas Idosos (MURPI) e a Associação dos Inquilinos Lisbonenses. Representantes destas

organizações estavam presentes na conferência de imprensa, que decorreu na Sede da União dos Sindicatos de Lisboa (USL).

A acção de massas do próximo dia 22 integra uma jornada de luta contra a alta do custo de vida, brutalmente agravada durante estes dois meses de Governo PPD/CDS, e decorrerá em duas fases. Durante a manhã será distribuído à população um jornal sobre a alta do custo de vida, sendo essa distribuição feita em todos os locais onde haja aglomeração de pessoas (transportes públicos, praças, etc.) e acompanhada de mini-comícios de informação e esclarecimento. Na parte da tarde realizar-se-á uma concentração na Praça da Figueira, promovida pelas Organizações promotoras e pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses.

Política reaccionária responsável pela concentração

A convocação desta jornada de luta contra a alta do custo de vida resultou de uma análise feita em conjunto pelas Organizações promotoras, análise tomada urgente face ao agravamento brutal das condições de vida dos portugueses verificado nestes dois últimos meses de Governo da Aliança reaccionária. De facto, em menos de um ano alguns dos produtos essenciais subiram mais de 50%, enquanto os ordenados se encontram congelados há muito mais tempo que isso. Tais agravamentos nos preços foram uma das preocupações imediatas do Governo PPD/CDS — sublinharam os representantes da Comissão Organizadora — congelando simultaneamente 40 Contratos Colectivos de Trabalho. É esta a política da direita quando se

apanha no Governo e não à demagogia que consiga esconder o carácter reaccionário e gravoso de tal política.

No mesmo dia 22 de Março próximo realizar-se-á no Porto uma manifestação com os mesmos objectivos. Entretanto, e decorrente da necessidade apontada no III Congresso da CGTP-IN de fazer frente à política gravosa deste Governo reaccionário, outras acções serão desenvolvidas em todo o País nos próximos dias 25, 26 e 27 de Março, protestando não apenas contra o aumento do custo de vida mas também contra os ataques desencadeados contra a Reforma Agrária, as conquistas da Revolução, contra o Portugal de Abril.

Atribuição aos partidos de tempos de antena na RTP

Em recente comunicado emitido a propósito da arbitrária decisão de proibir a transmissão do filme do Congresso da CGTP-IN, veio a Comissão Administrativa da RTP afirmar que, quanto à necessidade por si alegada de ouvir previamente o Conselho de Informação para a RTP — tem assumido «posição semelhante» relativamente aos partidos políticos «que já solicitaram o exercício do direito de antena».

Sobre o assunto, a SIP do PCP considera necessário esclarecer:

1. É verdade que a Comissão Administrativa da RTP, em atitude dilatória perante uma solicitação do PCP para que fosse dado rápido início às diligências fixadas na lei para a concretização do exercício do direito de antena, comunicou ao PCP a sua posição de que, tendo diversas dúvidas (não explicitadas) sobre a aplicação da lei, tencionava previamente solicitar um parecer do CI — RTP.

2. No entanto, em carta dirigida à CA/RTP, o PCP já fez notar a completa falta de fundamento legal de tal orientação e reclamou novamente que, como a Lei 75/79 determina, a RTP promova com urgência uma reunião com os partidos políticos para a elaboração do plano geral de utilização do tempo de antena.

3. Com efeito, antes de tal reunião se realizar, nada autoriza a CA/RTP a fazer conjecturas sobre qualquer

«impossibilidade insanável de acordo sobre os planos referidos» — situação essa em que, nos termos do Artigo 17.º n.º 6 da Lei 75/79, «caberá a arbitragem ao Conselho de Informação para a RTP».

4. Os factos são claros: mês e meio depois da entrada em vigor da Lei 75/79, a RTP ainda não deu qualquer passo para cumprir com a primeira das obrigações legais que, quanto ao tempo de antena dos partidos políticos, aquela lei lhe impõe: organizar «com a colaboração dos titulares do direito de antena e de acordo com a presente lei planos gerais da respectiva utilização» (Artigo 17.º, n.º 5).

5. Ao pretender adiar indefinidamente o exercício do direito de antena ao mesmo tempo que na sua informação crescem as ofensas ao pluralismo e as escandalosas discriminações contra as forças democráticas e as organizações de trabalhadores, a CA/RTP mostra visivel-

mente o seu propósito de garantir a completa monopolização da RTP pelo Governo e pelos partidos que o apoiam, como forma de impedir a denúncia pelos partidos da oposição da ofensiva reaccionária contra os direitos dos trabalhadores, as condições de vida da população, as conquistas de Abril e o regime democrático.

6. O PCP considera indispensável que nos próximos dias a CA/RTP reveja já a sua posição actual, abandonando tácticas de adiamento que a lei não autoriza e a seriedade não aconselha e dando finalmente início às diligências já referidas.

7. Caso a CA/RTP persista numa atitude que se traduz objectivamente num boicote ao exercício do direito de antena pelos partidos políticos, o PCP não deixará de usar todos os recursos que a lei lhe faculta para fazer valer os seus legítimos direitos.

Lisboa, 14 de Março de 1980

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português



Vila Nova de Gaia protesta contra aumento do custo de vida

Algumas centenas de pessoas concentraram-se, ao fim da tarde de sexta-feira passada, junto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, para protestarem contra o aumento de 62% das tarifas de energia eléctrica, decretado pelo Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, 23% dos quais já foram cobrados nos meses de Fevereiro e Março.

A Câmara, que se encontrava reunida à hora da manifestação, não chegou a pronunciar-se sobre uma

proposta de dois vereadores da APU, Adelino Mota e Maurício Ferraz, que defendia a suspensão do aumento de 23% e a não aplicação da Portaria 34/80, ao abrigo da qual vão passar a ser cobrados, a partir de Maio os restantes 39% do aumento das tarifas.

Enquanto as centenas de pessoas não cessavam de gritar palavras de ordem contra os aumentos e a carestia de vida, agravada pelo Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, activistas da APU

distribuíam um documento defendendo a não aplicação dos aumentos e salientando que os eleitos para a Câmara defenderão a sua anulação.

Como salientou na sua breve intervenção António Balsemão, representante da Comissão Unitária de Mulheres de Gaia, «o Gogemo «AD» diz que vai travar a inflação, mas nós, trabalhadores, perguntamos: é com os aumentos dos bens essenciais, a alimentação, a gasolina, e com a ameaça da

subida dos transportes, da taxa de televisão, com a subida brutal da electricidade, que pretendem dar melhores condições de vida ao nosso povo? A luta contra a política do Governo já começou e tem de continuar. Por isso estamos aqui concentrados para exigirmos que a Câmara tome medidas para travar os aumentos da electricidade. A Câmara tem de defender os interesses dos seus munícipes».

Pouco depois uma delegação entregava ao

presidente da edilidade, acompanhado por vereadores da APU e do PS, uma moção reclamando a suspensão imediata do aumento de 23% e se recuse a facturar o novo aumento. Para além disso, a tomada de posição unânime dos manifestantes exigiu ainda que a Câmara divulgue junto do Governo os seus sentimentos e que se acabe de vez com decisões arbitrárias contra quem trabalha. O povo não pode continuar a pagar e a calar — sublinharam ainda os manifestantes.

A Segurança Social «AD»: «muita parra e pouca uva»

O programa do governo «AD» está escrito com muita parra e pouca uva, no que se refere à segurança social, considera o Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos (MURPI), num comunicado em que denuncia o cinismo governamental ao falar de «ajustamento das pensões sociais fundamentais» com o objectivo de manter o poder de compra dos beneficiários, depois de ter começado por «aumentar brutalmente os preços dos combustíveis, a que se seguiu gravoso aumento do cabaz de compras e de outros produtos».

«Que confiança podem ter os velhos, os inválidos e as viúvas em tais promessas — interroga o MURPI — quando o governo procura não instituir o conjunto de medidas de prestações sociais, decretado pelo Governo de M.L. Pintasilgo, quando os beneficiários das melhorias das pensões mínimas aguardam o pagamento do que lhes é devido desde

Dezembro passado, quando o Governo não dá satisfação ao caderno reivindicativo que lhe foi entregue?»

A desesperança dos reformados — afirmam — é hoje maior do que em Dezembro passado.

«Mas poder-se-ia esperar que o governo da «AD» se preocupasse com a miséria, a fome dos numerosos reformados, que aumentasse as pensões e desse satisfação ao caderno reivindicativo apresentado pelo MURPI quando o PSD e o CDS foram os partidos que aprovaram o Orçamento Geral do Estado para 1979 — monumento do governo Mota Pinto — com o abusivo desvio de um milhão e oitocentos mil contos da Previdência para o Estado, para que não aumentasse as pensões?»

Segurança social no quadro da CEE

O MURPI critica igualmente o governo por pretender criar

«uma lei de bases da Segurança Social, para harmonização da nossa legislação com a vigente no quadro da CEE», quando «não existe qualquer harmonia entre as legislações dos nove países da CEE».

«As divergências — afirma o MURPI — são abissais, desde o campo da aplicação ao financiamento, passando pelos esquemas de prestação e condicionalismos para a abertura de direitos. A filosofia que rege cada uma destas legislações é absolutamente distinta».

Em vez de tais medidas o MURPI considera que se deveria criar «um verdadeiro esquema de segurança social que obedeça aos princípios fundamentais da Constituição e tenha em conta, particularmente, os seus artigos 1.º e 2.º». É esta a harmonização que temos a fazer e quanto antes, com a colaboração directa das organizações dos trabalhadores».



A espera de uma mudança que não chegou, numa desesperança cada vez maior

Campanha na DORP pelo aumento nas vendas do «Avante!» e «Militante»

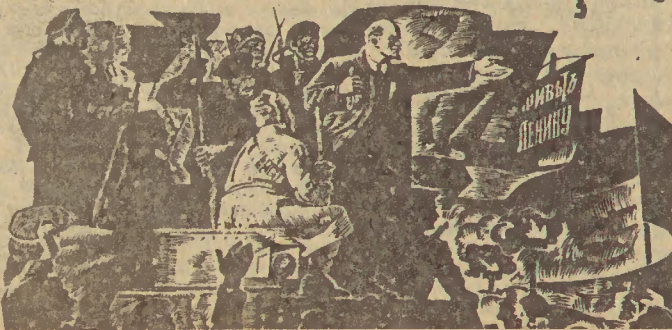
Com o objectivo de aumentar a difusão do «Avante!» e do «Militante», a Direcção da Organização Regional do Porto do Partido decidiu levar a cabo uma campanha de promoção, que durará até à Conferência Nacional do PCP, convocada para o Porto, em meados de Junho.

A promoção visa um acréscimo de 50% do total de vendas de cada número do órgão central do PCP e do seu boletim de organização, através da intensificação dos esforços das camaradas difusoras e do alargamento do número dos que, semanal ou mensalmente, procuram levar a voz do PCP aos

trabalhadores e a todos os que estão interessados na defesa da democracia e das conquistas de Abril.

Mais uma tarefa que estamos certos será executada com o empenhamento e espírito de iniciativa dos camaradas do distrito do Porto, tal como muitas outras a que, com sucesso, se lançaram. A crescente influência e importância da acção dos comunistas, a necessidade de aumentar o número dos que têm acesso à palavra do Partido são premissas e condições para assegurarem o sucesso da promoção e aumentar as tiragens dos seus dois órgãos.

LENINE E A REVOLUÇÃO



O testemunho da queda do antigo regime e da vitória da grande revolução russa numa descrição

do jornalista Albert Williams que assistiu à marcha triunfante do poder soviético

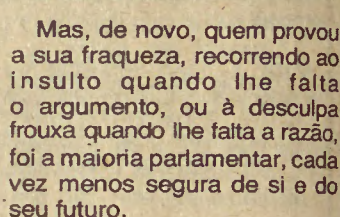
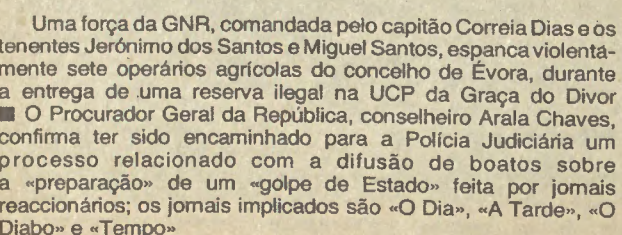
edições Avante!

edições Avante!



ESTEIRO

Para os filhos dos homens que nunca foram meninos escrevi este livro Soeiro Pereira Gomes



ando
es de
apoio
essão
às
tivas
ão do
a de
rédito
prazo.
o por
lavra

13/3/80

A black and white portrait of a man with dark hair and thick-rimmed glasses. He is wearing a light-colored suit jacket over a white shirt and a dark tie. The background is dark and indistinct.[illegible]

confronto das suas ideias
e das suas posições com
as ideias e as posições
das restantes forças
políticas, subtrai esta
questão à discussão
pública para a encerrar
no secretismo do
qualquer reunião do
Conselho de Ministros
e secundariza o órgão
com competência própria
para aprovar os diplomas
sobre esta matéria.

É, sem dúvida, uma
originalidade do Governo
São Camero/Freitas do
Amoral esta tentativa de
governamentalização da
AR e do próprio regime.

Este Governo tem toda
a legitimidade para
governamentalizar a sua
maioria. É um problema
que eles resolverão,
familiarmente, entre si.
Mas o que este Governo
não pode é identificar
a Assembleia da
República com a sua
maioria; o que este
Governo não pode é
estender-se a respeito
deste órgão de soberania
minimizando ao mesmo
tempo a sua
competência e o seu
funcionamento, o que
este Governo não pode
é comportar-se como se
aqui só houvesse
deputados dos partidos
seu apolíticos.

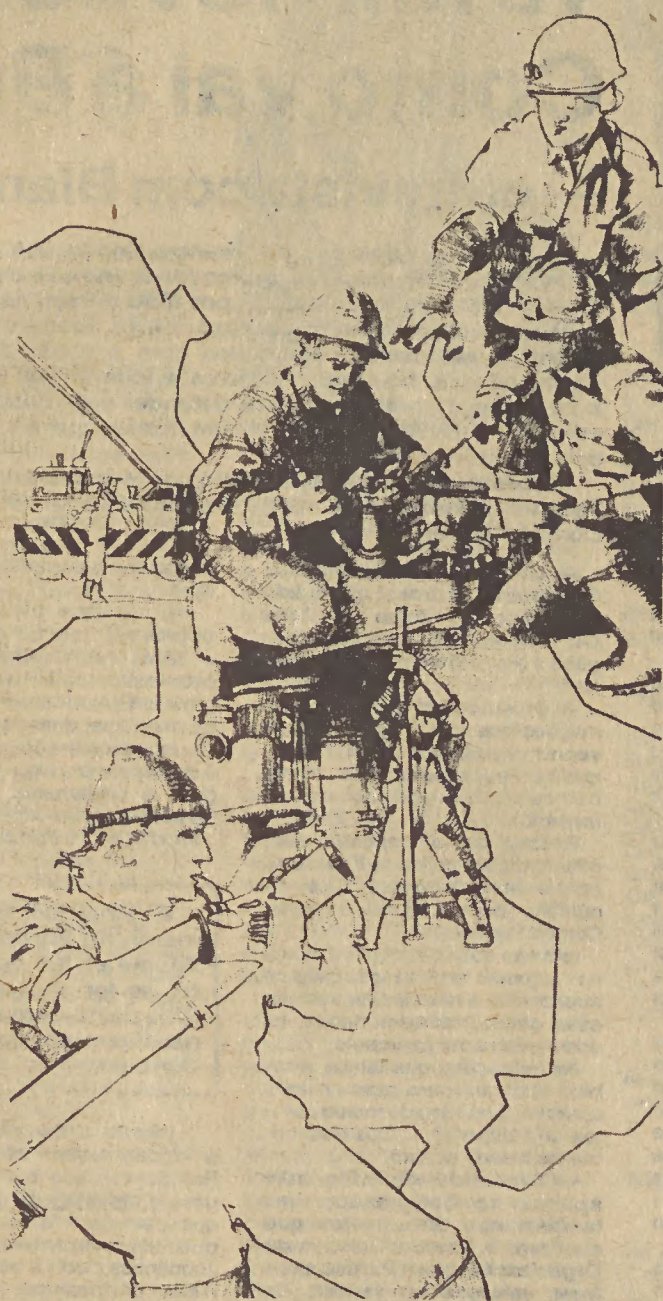
Jorge Leite
13/3/80

De Santarém, as camaradas Lino Lima e António Mota deslocaram-se em visita às minas de Valongo, tendo participado, na sexta-feira à noite numa sessão de esclarecimento em Campos. No domingo, os camaradas Mota e Alberto Jorge encontraram-se com trabalhadores em Freamunde. Os camaradas Ilda Figueiredo e Alberto Jorge estiveram na CIFA e na UNITECA.

Desta actividade resultaram muitas vezes o levar à Assembleia os problemas

Um mundo de informação, à venda todos os meses





Boicote dos gestores Uma via de assalto às nacionalizações

Os gestores-trabalhadores eleitos pelos seus companheiros de trabalho para os órgãos dirigentes das empresas do sector empresarial do Estado (SEE) continuam sem tomar posse. A ofensiva da direita contra as nacionalizações, no âmbito mais vasto da tentativa de destruir o regime democrático, passa pelo desrespeito arrogante do Governo pela Lei 46/79 aprovada na Assembleia da República. Os Artigos 30.º e 31.º desse diploma obrigam à entrada em funções dos gestores eleitos pelos trabalhadores. Mas o Executivo da Aliança Reaccionária, em vez de fazer cumprir essa disposição legal, afirma, pelo contrário, que vai alterar profundamente aqueles artigos, aproveitando e intensificando assim a manobra iniciada pelo ministro das Finanças do governo anterior, nomeadamente no sentido de separar do sector público as empresas nacionalizadas e com participação do Estado.

O assalto do Governo Cameiro/Amaral aos direitos dos trabalhadores expressos na Constituição, que neste caso tem por base a tentativa manifesta de beneficiar (contra a Lei) os grandes grupos monopolistas do capital financeiro, mereceu no último sábado, em Lisboa, uma resposta firme para "defender e consolidar as grandes transformações democráticas resultantes da Revolução de Abril".

Reunidas em plenário na Carris, 47 Comissões de Trabalhadores e 22 gestores eleitos para os órgãos de gestão do SEE tomaram uma série de medidas para combater a atitude do Governo PPD/CDS. No caso de se manter o congelamento da entrada em funções dos gestores eleitos, depois das diligências a promover ao nível dos órgãos de soberania, as CTs do SEE recorrerão aos plênários dentro do horário de trabalho, como a lei lhes permite, no sentido de mobilizar todos os companheiros de trabalho "para as tomadas de posição expressas em moções e protestos".

O plenário, convocado pelos secretariados das CTs das Cintas Industriais de Lisboa Setúbal (CIL e CIS) e pelas coordenadoras da CTs da indústria naval, transportes e metalomecânica pesada, aprovou, aclamando-as por unanimidade, várias moções de protesto contra a política da Aliança Reaccionária no Governo, designadamente em favor da liberdade de expressão, da Reforma Agrária, das outras conquistas de Abril, e previu o "endurecimento da luta" no caso específico do boicote governamental à entrada em funções dos gestores eleitos pelos trabalhadores.

Para os contactos a efectuar com a Presidência da República, o Conselho da Revolução, os Grupos Parlamentares e outras instituições democráticas, no sentido do cumprimento integral da Lei 46/79, o plenário designou uma comissão de que fazem parte as organizações que o promoveram e as CTs da Rodoviária Nacional, Crédito Predial Português, Quimigal, Setenave e Pão de Açúcar.

Nacionalizar os prejuízos

A Aliança Reaccionária no Governo não esconde a sua ambição de levar até às últimas consequências a política tradicional dos reaccionários perante as nacionalizações e que tem sido sintetizada na fórmula de nacionalizar apenas os prejuízos, reprivatizando tudo o que dê lucro.

É para defesa dessa ambição dos grupos monopolistas, (Inimigos inclusivamente do sector privado da economia como é definido pela Constituição) que o Governo Cameiro/Amaral quer alterar profundamente os Artigos 30.º e 31.º da Lei 46/79 (Lei das CTs, que é conhecida) restringindo por essa via (pois tem outras e percorre-as) o âmbito do sector empresarial do Estado (SEE).

Assim é de toda a conveniência ter bem presente, como já aqui várias vezes afirmámos, que o SEE não se reduz constitucionalmente às **empresas públicas dotadas de personalidade jurídica**. Nele se incluem, além dessas, as **empresas públicas não personalizadas** (estão neste caso os serviços municipalizados e os estabelecimentos fabris militares); as **empresas nacionalizadas directa ou indirectamente** e que ainda não adoptaram a forma jurídica de empresa pública; as **sociedades de capitais públicos**; e as **empresas participadas e controladas**, onde o Estado detém a maioria do capital social ou a percentagem suficiente para em determinadas condições concretas assegurar o seu domínio.

Acerca desses tipos de empresa há legislação em vigor. Os trabalhadores estão informados sobre ela designadamente através de uma publicação que a CGTP-IN elaborou e fez distribuir sobre a Lei 46/79. Trata-se de a fazer cumprir — função que, como tem sucedido, não pode caber apenas às Comissões de Trabalhadores. A posição do Governo reaccionário é conhecida. Os órgãos de soberania têm uma palavra a dizer. De outra forma, só resta o caminho da luta que, também neste caso, os trabalhadores saberão percorrer.

Banca e Seguros

As nacionalizações serão defendidas

● Resposta das jornadas de 14 de Março

A nacionalização da Banca e dos Seguros continua a predominar entre as bases indispensáveis à recuperação económica do País. Só os que querem canalizar essa recuperação para os cofres do capital monopolista é que tentam esconder a realidade e a força para defendê-la. Mas tanto uma como outra continuam a existir como prática organizada. E assim se manifestaram, na última sexta-feira, durante as comemorações do 5.º aniversário da nacionalização dos bancos e da actividade seguradora em Portugal.

Trabalhadores, movimento sindical, membros do Conselho da Revolução e do Governo Provisório, que decretou as nacionalizações, reafirmaram publicamente que essa conquista não pode ser destruída e tem força suficiente para recuperar quando é atacada.

Organizadas pelos próprios trabalhadores, as comemorações realizadas em Lisboa, Porto e Faro foram assinaladas por várias iniciativas públicas, algumas ainda a realizar, como o espectáculo no Coliseu dos Recreios, amanhã, em Lisboa.

Além da concentração-desfile entre o Rossio e a Praça do Município que reuniu milhares de trabalhadores e culminou com um jantar no Mercado do Povo em Belém, outras iniciativas assinalaram em Lisboa, no Porto

e em Faro, o carácter eminentemente unitário das comemorações, reunindo trabalhadores de todos os quadrantes democráticos, nomeadamente comunistas e socialistas.

A vontade maioritária dos trabalhadores

Em Lisboa, a Comissão Organizadora das Comemorações, ao anunciar as iniciativas, que incluíam torneios organizados por alguns grupos desportivos e a difusão de textos sobre os dois sectores nacionalizados, afirmava num Manifesto que "defender a nacionalização da Banca e dos Seguros significa respeitar a vontade maioritária dos trabalhadores bancários e dos Seguros, manifestada democraticamente através das suas estruturas representativas".

E entre essas estruturas estão naturalmente os Sindicatos do sector. Embora as direcções afectas ao PPD nada tenham feito para defender na prática a irreversibilidade das nacionalizações, a que afirmam aderir, foram obrigadas pela maioria dos trabalhadores filiados e pelas resoluções entretanto tomadas em Congresso a afirmarem publicamente a sua adesão à defesa da banca nacionalizada.

A Secção Regional de Setúbal do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas aproveitou as comemorações para lembrar num comunicado entretanto difundido que a data de 14 de Março ganha especial significado no momento actual com as ameaças de reprivatização e os perigos de desemprego que anuncia "para milhares de trabalhadores, por meio de alterações que se pretende introduzir na lei de delimitação do sector público e privado".

O comunicado, que transcreve na íntegra as conclusões do documento aprovado no I Congresso do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas para a defesa da Banca nacionalizada e da sua reestruturação, vai no sentido das posições tomadas pelo Movimento Sindical Unitário e designadamente pela CGTP-IN, que numa saudação ao 5.º aniversário das nacionalizações afirma a dado passo: "A intervenção activa e empenhada dos trabalhadores das empresas nacionalizadas no controlo e participação na sua gestão, no sentido da sua correcta reestruturação

e organização, a adopção de uma política salarial e social que transforme o sector nacionalizado no exemplo avançado das condições de vida e de trabalho que reivindicamos, são direitos dos trabalhadores, cujo exercício é também condição do desenvolvimento económico e social planificado, que o modelo constitucional estabelece". Modelo esse que teve forte expressão em todas as intervenções públicas durante as comemorações, designadamente no jantar do Mercado do Povo, que contou com a presença de vários membros do Conselho da Revolução.

Defender as nacionalizações é defender a democracia

A defesa da nacionalização e da reestruturação da Banca e dos Seguros passa pela defesa intransigente da Constituição e do regime democrático. Como foi sublinhado em todas as intervenções, e com relevo particular no discurso proferido pelo comandante Vítor Crespo, no Mercado do Povo, "ainda são as nacionalizações — que é como quem diz a Constituição que as consagrou — a fronteira que divide e afasta o poder democrático daqueles que o querem destruir".

Da necessidade de "esclarecer e trabalhar para que as propostas de Abril, que a Constituição consubstancia, sejam a realidade do nosso viver quotidiano". Jorge Brito, que falou pelos trabalhadores dos Seguros, aludiu à situação anterior às nacionalizações. Nessa altura, afirmou, "cinco grupos financeiros detinham mais de 50 por cento do mercado segurador português. As regras de concorrência eram desenfreadas e arbitrárias; os

meios financeiros das companhias não eram orientados para o desenvolvimento do País e sim para actividades especulativas de carácter bolsista. Essas companhias de seguros privadas arrastaram para uma situação de quase falência muitas das pequenas e médias empresas que lhes serviram de suporte", recordou ainda aquele trabalhador dos Seguros.

João Lopes, que interveio em nome dos bancários, lembrou que antes do 25 de Abril "as fachadas monumentais dos bancos escondiam situações chocantes, caracterizadas pela repressão e pela tentativa de amedrontar os trabalhadores". O derrubamento do fascismo pôs fim a essa situação. Mas actualmente "o compadrio e a corrupção vão renascendo na banca nacionalizada graças a um governo que se diz democrático", mas que tenta destruir todos os alicerces do regime democrático expressos na Constituição.



Nas empresas e nas ruas é forte e cresce a luta dos trabalhadores

● Sábado, Porto e Lisboa ● outras manifestações por todo o País

As medidas e ameaças deste Governo antinacional, que recomenda ao patronato através do ministro do Trabalho o boicote sistemático da contratação colectiva e impõe novo tecto salarial, continuam a ter a resposta adequada da parte das massas trabalhadoras que, adoptando várias formas de luta, em empresas e sectores, e manifestando o seu repúdio por todo o País, defendem legalmente, com segurança e unidade, os direitos que conquistaram e que este Governo lhes quer roubar.

As lutas de massas, desde a Reforma Agrária (ver páginas 8, 9 e 10), à Comunicação Social (ver página 3), o repúdio global e generalizado da política da Aliança reaccionária no Governo (manifestações em Lisboa, Porto, Santarém, Coruche, Abrantes, Vila Nova de Gaia e Tortosendo) e as paralisações, greves e outras formas de luta em empresas e sectores (Rodoviários, Siderurgia, RDP, Função Pública, Metalúrgicos, sector automóvel), mobilizaram na última semana e vão mobilizar de hoje em diante centenas de milhares de trabalhadores solidários e unidos em volta do seu movimento sindical e de outras estruturas do movimento democrático e popular.

Nos transportes

Nos transportes, um dos sectores mais afectados por

recentes medidas do Governo, o plenário nacional reunido no último fim-de-semana em Lisboa (277 representantes de várias empresas entre dirigentes sindicais, delegados e membros de CTs), enquanto na Rodoviária era marcada nova greve de 24 horas para 25 do corrente, decidia «apoiar as formas de luta que em cada empresa sejam levadas à prática contra a política do Governo no sector».

A defesa dos transportes, como sector nacionalizado e parte integrante do sector empresarial do Estado, e a defesa dos interesses, garantias e direitos de muitos milhares de trabalhadores, que o Governo boicota e põe em risco permanente, presidiram a todas as análises, debates e decisões do plenário, que exigiu a revogação imediata da declaração da RN em «situação económica difícil» — «situação»

essa que, como é sabido, se destina a entregar os sectores mais rentáveis da RN ao grande capital monopolista e a tornar ainda mais difícil a situação dos trabalhadores, entregando-os sem defesa ao arbítrio do Governo no que respeita a salários, despedimentos, horários e tudo o mais que no âmbito da contratação colectiva já conquistaram ou venham a conquistar.

Função Pública e metalúrgicos

Na Função Pública está marcada para hoje uma jornada de luta. As 32 associações sindicais subscritoras da Proposta Reivindicativa Comum (PRC) reunidas em plenário decidiram não permitir por mais tempo o protelamento das negociações daquela convenção colectiva para a qual o Governo ainda não apresentou qualquer contra-proposta negociável dois meses depois de lhe ter sido entregue a PRC. Mobilizando as estruturas representativas de 300 mil trabalhadores, a forma de luta aprovada inclui reuniões em todos os locais de trabalho, durante as horas de serviço, ao abrigo da lei sindical.

Nos metalúrgicos em luta pela

contratação colectiva, os sindicatos envolvidos na negociação marcaram para o próximo dia 27 uma greve nacional com duração a anunciar.

No sector automóvel, depois da paralisação de 13 do corrente, os sindicatos outorgantes do CCTV chamaram a atenção dos trabalhadores (cerca de 65 mil) «para a necessidade de continuarem unidos, organizados e mobilizados para outras acções porventura mais drásticas, que o sector vier a adoptar no sentido de obrigar o patronato a renunciar à fase de conciliação e retomar as negociações directas».

Agora na ECA como na Plessey e na ITT

Entretanto, agora na ECA (fábrica de transformação de tomate em Alvalade-Sado), como antes na Standard/ITT e na Plessey, as administrações nunciam adoptar o despedimento colectivo em vez da reconversão ou da procura de novos mercados.

Os trabalhadores da ECA (cerca de 300 postos de trabalho) não vão aceitar a concretização da ameaça que pende sobre 150 dos seus companheiros (sobretudo companheiros) que

a administração da empresa pretende despedir em Junho, precisamente na altura em que começa a apanha do tomate.

Na Plessey (multinacional inglesa) são cerca de 1500 os trabalhadores ameaçados de despedimento. As suas estruturas representativas movimentam-se contra essa «reorganização» da empresa, que afinal se concretizaria na venda à Central-Eléctrica Geral, mediante o despedimento colectivo e a passagem à reforma de mais de 300 trabalhadores.

A conveniência do Governo Cameiro/Amaral no negócio, que se tem desenvolvido secretamente, sem qualquer consulta às estruturas representativas dos trabalhadores, é denunciada pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.

Protestando contra essa ameaça de despedimento e à que persiste na Standard/ITT, a Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações, interpretando o ponto de vista de todo o Movimento Sindical, afirma nomeadamente que, «embora os processos sejam diferentes para as duas multinacionais, os fins em

vista são os mesmos: na mira de maiores lucros, com menos encargos, fazem dos trabalhadores moeda de troca para as suas descaradas exigências».

Prossegue a luta de massas

Prossegue entretanto a luta de massas. Desde Tortosendo, onde uma manifestação reuniu cerca de 1500 trabalhadores em protesto contra um despedimento sem justa causa a onde está marcada para amanhã uma paralisação de meia-hora em todas as empresas da localidade, até Lisboa e Porto com concentrações anunciadas para o próximo sábado, passando pela zona da Reforma Agrária a por manifestações já efectuadas em Vila Nova de Gaia, Santarém e Coruche, os trabalhadores continuam a manifestar-se por todo o País, escolhendo as lutas de massas como forma determinante de luta e intervenção popular na defesa dos direitos e conquistas das classes trabalhadoras e de todo o povo, em defesa da Reforma Agrária e das nacionalizações, contra o aumento do custo de vida e por melhores salários, contra um Governo antinacional, em defesa da Constituição e do Portugal de Abril.

III Congresso da CGTP-IN

O pão defende-se defendendo Abril e as suas conquistas

Os documentos aprovados no III Congresso da CGTP-IN aberto a todos os Sindicatos, designadamente o Programa de Acção e o Caderno Reivindicativo, são guias indispensáveis para a actividade e as lutas dos trabalhadores e de todo o movimento sindical.

Entre os objectivos de primeiro plano a alcançar nos próximos três anos (período estatutário que media entre os Congressos) está a defesa e consolidação das nacionalizações que, segundo o Programa de Acção, "representaram um passo importante na luta contra o grande capital monopolista de Estado e, hoje, na profunda crise que Portugal atravessa, representam obstáculos sérios à recuperação do aparelho produtivo por essas forças capitalistas ligadas ao imperialismo, e responsáveis

pela miséria e opressão durante o fascismo".

Em defesa da democracia económica com o controlo dos trabalhadores, o movimento sindical continua a combater uma política que intensifica a exploração das massas trabalhadoras, uma política do grande capital e das multinacionais, de cedência e compromisso com o FMI, que compromete gravemente as condições para a recuperação económica e a melhoria do nível de vida dos portugueses.

Com esse combate, que cada dia exige mais esforços para fortalecer a unidade e a organização, os trabalhadores não se limitam a defender as reivindicações mais próximas e necessárias. Lutam pela intervenção activa no controlo de gestão das empresas do sector nacionalizado, exigem o cumprimento

da lei das comissões de trabalhadores, reclamam a imediata tomada de posse dos companheiros de trabalho que elegeram para os órgãos do sector empresarial do Estado.

A luta pelas reivindicações mais urgentes, que constam em pormenor do Caderno Reivindicativo aprovado no III Congresso, não está desligada da luta mais geral pelas nacionalizações, pela consolidação e avanço das conquistas de Abril. As reivindicações no campo dos salários, preços, contratação colectiva, habitação, transportes, saúde, segurança social, direito ao trabalho, cultura e desporto são parte integrante dos anseios, das preocupações, das lutas pela defesa das conquistas da Revolução.

Por isso, ao lado das reivindicações que incidem, por

exemplo na satisfação do direito a transportes, figuram no Caderno Reivindicativo os objectivos da luta pelo sector nacionalizado, pela Reforma Agrária, pelo desenvolvimento económico, pelos direitos constitucionais.

Por isso, ao referir-se ao sector nacionalizado, o Caderno Reivindicativo aponta a luta dos trabalhadores:

● Pelo respeito e cumprimento da Lei das CTs, nomeadamente na parte que se refere à eleição de representantes dos trabalhadores para os órgãos de gestão e imediata integração dos já eleitos, nos lugares a que têm direito, em todas as empresas do sector empresarial do Estado.

● Pela planificação obrigatória da actividade no sector nacionalizado, elaborada com a participação dos trabalha-

dores e fixando objectivos concretos a nível de funcionamento das empresas e de melhoria das regalias sociais.

● Pela criação de condições de funcionamento e de gestão, pondo-se fim às condicionantes na política de preços que tem servido a acumulação do sector privado e por uma política de crédito que tenha em conta a natureza do sector empresarial do Estado.

● Por um estatuto do gestor público que defina responsabilidades e poderes de gestão e ponha cobro às discriminações actuais de ordem ideológica e política.

● Pela responsabilização do Estado em assegurar os meios necessários quanto a aumentos de capital ou subsídios de exploração de forma a garantir uma gestão económica e financeira correcta.

Com estes objectivos, a CGTP-IN, de acordo com o Programa de Acção aprovado no Congresso, "mobilizará os trabalhadores e o povo para a luta contra as tentativas de abrir ao grande capital os sectores da economia constitucionalmente nacionalizados, contra as medidas de sabotagem e estrangulamento económico desses sectores, contra a alienação das empresas indirectamente nacionalizadas, contra a acção dos representantes do grande capital instalados na gestão das empresas nacionalizadas e pelo seu saneamento económico e financeiro".

A satisfação dos interesses mais sentidos pelas massas trabalhadoras não é possível sem a defesa diária e eficaz das nacionalizações, da Reforma Agrária, de todas as conquistas de Abril.

Quase três meses de Governo PPD/CDS Hoje é mais difícil ser jovem em Portugal!

Após a entrada em funções do Governo da Aliança reaccionária — já lá vão três meses — que «mudanças» se operaram na já difícil situação da juventude portuguesa? A resposta é só uma: hoje é mais difícil ser jovem em Portugal. Na base de um importante documento aprovado na última reunião Plenária da Direcção Nacional da JCP — Juventude Comunista Portuguesa, realizada recentemente em Lisboa, procuramos aqui dar ao camarada leitor uma panorâmica breve mas objectiva dos argumentos que, sem margem para dúvidas, nos demonstram que, é hoje mais difícil ser jovem em Portugal.

Com o decorrer dos quase três meses de Governo Sá Carneiro é mais difícil ser jovem em Portugal. Sector significativo da população, pelo seu número, actividade e pelo que representa em termos de futuro, a juventude sente hoje aos mais variados níveis as consequências de uma política de direita, inoperante e de aberta conspiração contra o regime democrático.

No ar ficaram as promessas eleitoralistas da Aliança dita Democrática mas para todos os efeitos reaccionária. Na vida quotidiana de milhares de jovens fica a incerteza, a desconfiança face ao futuro, as barreiras para uma vida melhor e mais feliz.

Hoje, é mais difícil ser jovem em Portugal porque:

● é mais caro comer, habitar, viver, com um mínimo de decência e dignidade, não esquecendo que é cada vez mais difícil o recurso a estruturas que assegurem a ocupação útil e criadora dos tempos livres;

● o brutal agravamento da ofensiva contra a Reforma Agrária intensifica a repressão, aumenta o desemprego, particularmente entre o sector juvenil, organiza a sublevação, cria a intimidação, ofende as leis, pondo em causa a mais bela conquista de Abril, pondo em causa o nosso pão, o nosso trabalho, a nossa alegria, o nosso bem-estar, o Portugal de Abril;

● a coberto e sob o estímulo do Governo é desencadeada uma violenta ofensiva contra as nacionalizações, desestabilizadora da situação económica do País; aumentam a repressão patronal, a chantagem e as discriminações salariais e profissionais sobre os jovens, agravam-se as suas condições de trabalho e de vida;

● o desemprego juvenil continua a aumentar, ao mesmo tempo que se accentuam as injustiças e discriminações em torno dos contratos a prazo e trabalho eventual. Por outro lado, declarando empresas em situação difícil, o Governo Sá Carneiro aposta forte na ameaça de milhares de trabalhadores ao desemprego, e entre estes muitos jovens, já que em casos desses são os menos protegidos nas empresas os primeiros a ir para a rua;

● a política externa e cultural do Governo é feita de ódio e compromete duas importantes perspectivas que Abril abriu à juventude: a aproximação, amizade e cooperação com todos os povos e jovens do Mundo, independentemente da orientação governamental de cada país, e o acesso à esfera cultural e artística;

● prossegue a degradação acelerada das condições em que se desenrola a actividade escolar.

Constituída por quase um milhão de portugueses, na sua esmagadora maioria jovens de diferentes idades, a massa estudantil enfrenta grandes problemas e obstáculos

à sua actividade. No Ensino Secundário, por exemplo, está em vigor legislação que impõe um esquema de selectividade sem precedentes, sendo de destacar a supressão da segunda época de exames que, caso suceda, originará um gigantesco «chumbo colectivo». Ainda no âmbito do Secundário (e Preparatório), o Governo, mediante a revisão dos programas e a alteração para pior da já agravada situação da gestão democrática, evidencia claramente a sua vontade de restaurar no aparelho de ensino as ideias, concepções e métodos de um passado que o povo e a História rejeitam com firmeza.

Esquecendo as promessas eleitorais da Aliança reaccionária, o MEC, insiste em recusar a entrada na Universidade a mais de dois mil estudantes aprovados no Ano Propedéutico, e accentua a degradação das condições de estudo de dezenas de milhares de estudantes daquele Ano.

No Ensino Superior, prossegue uma política inserida numa opção clara do Governo de agravamento da crise existente. O reforço de formas de avaliação arbitrárias e injustas, tendentes ao aumento da selecção; a generalização de factores de discriminação ideológica na avaliação por parte de professores reaccionários; as tentativas de anulação da toda e qualquer participação estudantil na vida escolar e na definição da política de ensino; o anúncio da próxima apresentação de regulamentação sobre autonomia universitária, com o objectivo de estabelecer o controlo a todo o custo por parte da direita da estrutura universitária — são alguns aforamentos da política de ensino da Aliança reaccionária, uma política de carácter anti-estudantil que urge denunciar e combater.

Para quem trabalha, estudar é cada vez mais difícil devido à degradação das condições escolares e ao reforço da selectividade. Desmentindo as suas promessas eleitorais, o Governo Sá Carneiro ignora os trabalhadores-estudantes. O apoio social não acompanha o aumento do custo de vida, reforça-se a selectividade, não é cumprida a legislação que regula a situação dos TEs, a degradação das condições de estudo accentua-se.

Entretanto, foi recentemente anunciado pelo Governo Sá Carneiro a próxima divulgação da Lei de Bases do Sistema de

Ensino, que, por aquilo que se conhece, não deixará de conter sérias ameaças a uma perspectiva democrática de organização do sistema escolar.

As promessas da Aliança reaccionária para a juventude não passam do papel. Iludiram jovens, caçaram votos e agora repousam no cesto de papéis.

Estes quase três meses de Governo Sá Carneiro demonstram que a direita não está interessada (nem em condições) de resolver os problemas juvenis, de dar saída às inquietudes de camadas muito largas da juventude. O Governo nunca poderá satisfazer as aspirações da juventude porque é, pela sua própria natureza, anti-juvenil.

Reforça-se a luta, a unidade e a organização da juventude

A juventude portuguesa diz não à política do Governo Sá Carneiro, do PPD e do CDS. Esta política recusa e espeinha o direito de ser jovem.

Por isso, a juventude luta. Enquanto o Governo Sá Carneiro procura por todos os meios empurrar mais e mais o País para a direita, a juventude desloca-se mais e mais em direcção aos ideais e práticas democráticas, e ganha para a unidade, para a luta, para a perspectiva do Portugal democrático, que é preciso defender.

Por isso, é de reforço das posições democráticas, a tendência dominante no movimento da juventude.

A participação viva e combativa da juventude nas lutas gerais dos trabalhadores tem-se feito sentir de uma forma accentuada, designadamente nas últimas grandes movimentações de massas (manifestações, greves e outras) em defesa das conquistas de Abril, em particular da Reforma Agrária, contra o congelamento da contratação colectiva e o aumento do custo de vida e pelos direitos dos trabalhadores. A jovem geração toma cada vez mais consciência de que tais lutas lhe dizem directamente respeito e por isso está presente nelas com força e combatividade.

São igualmente de realçar as lutas e iniciativas especificamente juvenis contra a repressão patronal e os despedimentos, pela aprovação e cumprimento dos contratos colectivos de trabalho, contra o desemprego e a instabilidade no trabalho (designadamente contratos a prazo e trabalho eventual), pela melhoria das condições de trabalho.

Também é de reforço das posições democráticas a tendência predominante no movimento estudantil.

No Ensino Secundário, a luta reivindicativa tem vindo a mobilizar por todo o País grande número de estudantes. A melhoria do apoio social escolar e da qualidade pedagógica do ensino ministrado, a luta por condições de segurança nas escolas e a degradação das instalações, têm sido alguns dos motivos destas acções da juventude estudantil. Por estes e outros objectivos específicos têm, de facto, ocorrido lutas importantes, travadas, por

exemplo, através de grandes manifestações de rua (Escola Secundária Emídio Navarro, em Setúbal), paralizações e actividades culturais (Escola António Arroio, em Lisboa).

Também o movimento associativo quer no que diz respeito às actividades e realizações de carácter cultural e desportivo, quer no que diz respeito à organização unitária dos estudantes em torno das AEs, dos núcleos, secções, grupos dinamizadores, etc., traduz claramente um reforço da participação e intervenção massivamente nas próximas comemorações populares do 2 de Abril, 25 de Abril e 1.º de Maio.

Nestas grandiosas jornadas populares, a juventude saberá afirmar a vitalidade do seu entusiasmo, alegria e combatividade, juntará a sua voz à voz de todos os trabalhadores.

● A luta contra o desemprego e os despedimentos, contra a fome e a miséria, contra os baixos salários, a repressão e a prepotência patronal. Neste sentido, torna-se importante reforçar a unidade e acção das Comissões Juvenis nas empresas e sindicatos, encontrar formas de organização unitária dos jovens trabalhadores. Torna-se fundamental alargar a outros sectores de jovens os desmascaramentos das ilegalidades e brutalidades na Reforma Agrária, como forma de solidariedade com a luta em que a juventude alentejana e ribatejana está empenhada; torna-se decisivo intensificar toda a luta reivindicativa nas fábricas, nos campos e nos escritórios em defesa dos interesses da jovem geração portuguesa.

● A luta por um ensino que se adapte à situação profissional dos trabalhadores-estudantes (cerca de 100 mil), devendo ser alterada a actual regulamentação das médias de dispensa para os cursos complementares e abolido o regime de faltas com carácter de exclusão. Na luta por estes (e outros) objectivos há que incentivar a participação dos TEs nos órgãos de gestão e o reforço do seu movimento associativo.

● A luta no Ensino Secundário pela existência de segunda época de exames no 11.º ano, contra a selectividade no 9.º, 10.º e 11.º anos de escolaridade, pela definição por parte do Ministério do que vai ser o futuro dos estudantes do 11.º ano, contra a degradação e superlotação das instalações escolares, contra a revisão dos programas, pela defesa da democracia e da estabilidade escolares. Na defesa destes objectivos e no alargamento da consciência democrática entre a juventude estudantil do Ensino Secundário, a JCP considera de grande importância os esforços na direcção do reforço do MA.

● A luta no Ensino Superior, em defesa da autonomia universitária e da gestão democrática, pela participação estudantil na definição da política de ensino, pela qualidade de

Objectivos imediatos da luta juvenil

Na sequência do que foi exposto, a Juventude Comunista Portuguesa, agindo num espírito de unidade combativa e de intervenção organizada no seio da massa juvenil, aponta oito objectivos fundamentais de luta no presente momento:

a) Reconhecer a competência no campo artístico, poético e musical.

b) A votação obedecerá a uma escala de pontuação que vai de zero a cinco votos.

c) A votação — oral — das canções será feita por cada um dos membros que compõe o júri.

d) O acompanhamento musical das canções concorrentes é da inteira responsabilidade dos respectivos autores e intérpretes, bem como as deslocacões para o Festival. A todos os concorrentes serão distribuídos «prémios de presença».

e) Ao 1.º e 2.º classificados serão atribuídos «prémios especiais».

f) O 1.º classificado no III Festival fica apurado para participar na fase final do «Festival Regional», que se irá efectuar a 19 de Abril de 1980 em Aveiro. O não cumprimento de algum dos pontos ou alíneas do Regulamento levará à eliminação do concorrente.

g) Cabe à CO pronunciar-se sobre os casos omissos neste Regulamento.

Concorrentes sejam da autoria do intérprete. No caso de não o serem, terão, contudo, de ser originais e de obedecer aos requisitos já expressos.

● As canções a apresentar no Festival serão seleccionadas pela Comissão Organizadora (CO).

● Todos os interessados em participar no Festival, terão que ter em conta o seguinte:

a) Enviar um exemplar dactilografado da letra de cada canção.

b) Se possível, uma cassette gravada pelo concorrente interpretando a respectiva canção.

c) Um envelope fechado com a identificação do concorrente, pois este deve concorrer sob pseudónimo.

d) Enviar as letras das canções para o seguinte endereço: «JCP — Comissão Organizadora do III Festival, Rua 8, n.º 333 — 4500 Espinho».

● A atribuição da classificação às canções concorrentes será feita por um júri a designar pela CO.

a) O júri será designado pela CO na base de personalidades

de reconhecida competência no campo artístico, poético e musical.

b) A votação obedecerá a uma escala de pontuação que vai de zero a cinco votos.

c) A votação — oral — das canções será feita por cada um dos membros que compõe o júri.

d) O acompanhamento musical das canções concorrentes é da inteira responsabilidade dos respectivos autores e intérpretes, bem como as deslocacões para o Festival. A todos os concorrentes serão distribuídos «prémios de presença».

e) Ao 1.º e 2.º classificados serão atribuídos «prémios especiais».

f) O 1.º classificado no III Festival fica apurado para participar na fase final do «Festival Regional», que se irá efectuar a 19 de Abril de 1980 em Aveiro. O não cumprimento de algum dos pontos ou alíneas do Regulamento levará à eliminação do concorrente.

g) Cabe à CO pronunciar-se sobre os casos omissos neste Regulamento.

Cerca de quatro dezenas de comunistas do concelho de Seia reuniram-se há dias num importante plenário que contou com a participação do camarada Carlos Pinhão, membro do Comité Central do Partido.

O debate, que decorreu num clima de vivacidade e interesse, estabeleceu-se principalmente na base dos seguintes pontos: o Programa do Partido, as tarefas dos comunistas na actual situação política, os deveres e direitos dos militantes comunistas.



Na vida quotidiana dos jovens aumentam as dificuldades. Aumenta também a necessidade de lutar

● A luta contra a política do Governo Sá Carneiro, em defesa das conquistas de Abril, da Reforma Agrária, das nacionalizações e dos interesses dos trabalhadores.

Neste contexto, a DN da JCP apela a todos os jovens trabalhadores e estudantes para que participem massivamente nas próximas comemorações populares do 2 de Abril, 25 de Abril e 1.º de Maio.

Nestas grandiosas jornadas populares, a juventude saberá afirmar a vitalidade do seu entusiasmo, alegria e combatividade, juntará a sua voz à voz de todos os trabalhadores.

● A luta contra o desemprego e os despedimentos, contra a fome e a miséria, contra os baixos salários, a repressão e a prepotência patronal. Neste sentido, torna-se importante reforçar a unidade e acção das Comissões Juvenis nas empresas e sindicatos, encontrar formas de organização unitária dos jovens trabalhadores. Torna-se fundamental alargar a outros sectores de jovens os desmascaramentos das ilegalidades e brutalidades na Reforma Agrária, como forma de solidariedade com a luta em que a juventude alentejana e ribatejana está empenhada; torna-se decisivo intensificar toda a luta reivindicativa nas fábricas, nos campos e nos escritórios em defesa dos interesses da jovem geração portuguesa.

● A luta por um ensino que se adapte à situação profissional dos trabalhadores-estudantes (cerca de 100 mil), devendo ser alterada a actual regulamentação das médias de dispensa para os cursos complementares e abolido o regime de faltas com carácter de exclusão. Na luta por estes (e outros) objectivos há que incentivar a participação dos TEs nos órgãos de gestão e o reforço do seu movimento associativo.

● A luta no Ensino Secundário pela existência de segunda época de exames no 11.º ano, contra a selectividade no 9.º, 10.º e 11.º anos de escolaridade, pela definição por parte do Ministério do que vai ser o futuro dos estudantes do 11.º ano, contra a degradação e superlotação das instalações escolares, contra a revisão dos programas, pela defesa da democracia e da estabilidade escolares. Na defesa destes objectivos e no alargamento da consciência democrática entre a juventude estudantil do Ensino Secundário, a JCP considera de grande importância os esforços na direcção do reforço do MA.

● A luta no Ensino Superior, em defesa da autonomia universitária e da gestão democrática, pela participação estudantil na definição da política de ensino, pela qualidade de

ensino, por um ensino científico ligado à vida, contra a selectividade e pela real democratização da Universidade.

● A luta pelo reforço do Movimento Associativo do Ensino Superior mantém-se como uma importante direcção de trabalho. Reforçar o MA é dar mais força e amplitude à luta da Universidade por um ensino democrático assente em sólidas bases científicas e pedagógicas. Reforçar o MA é também melhorar a intervenção das estruturas unitárias do Movimento Estudantil e Universitário noutras áreas: acção cultural, desportiva e recreativa, prestação de serviços e outras iniciativas de apoio.

● A luta no Ano Propedéutico contra a degradação pedagógica, pela abertura de mais centros de apoio, pelo alargamento da rede de distribuição de textos, pela rápida saída das notas dos exames, pela garantia de que os estudantes aprovados no Propedéutico tenham entrada na Universidade.

● A luta pelo esclarecimento e divulgação da Lei de Bases do Sistema de Ensino. Neste sentido, as forças representativas da massa juvenil exigem do MEC garantias precisas quanto à efectiva auscultação da opinião estudantil. A este respeito, os jovens comunistas já apelaram a todos os estudantes e estruturas do Movimento Estudantil para que se organize um debate, amplo, vivo e combativo, acerca daquele importante diploma, que ameaça elitizar ainda mais o aparelho de Ensino.

Como sublinha o documento da Direcção Nacional da Juventude Comunista, o caminho da unidade é o caminho que a JCP ressuma como sendo o seu na luta pela conquista destes objectivos.

Estas propostas são, pela sua própria natureza, susceptíveis de unir todos os jovens, interessam e dizem respeito aos mais vastos sectores juvenis. O caminho da unidade é difícil de trilhar, exige abandono de preconceitos e sectarismos, esforço de diálogo e entendimento, mas sendo difícil é também a garantia mais segura do triunfo das ideias e das lutas que integram o património das aspirações juvenis.

Neste quadro, a JCP reafirma o seu empenho no desenvolvimento da unidade de todos os sectores juvenis democráticos, designadamente da unidade entre comunistas e socialistas. A JCP saúda a crescente disposição manifestada por muitas organizações da JS, de entendimento com os comunistas, mas sublinha ao mesmo tempo que, em muitas outras, permanece uma política de alianças à direita que não pode deixar de levantar sérias interrogações e dúvidas.

10 mil novos militantes Como vai a Promoção — entrevista com Blanqui Teixeira

A promoção dos dez mil avança. Desde que o Comité Central do PCP resolveu promover a entrada de dez mil novos membros do Partido e, por todo o País, as diversas organizações planearam as suas metas, todos os dias ocorrem reforços nas fileiras comunistas com a vinda de muitos trabalhadores, homens, mulheres e jovens que escolhem o caminho da militância para defender a democracia e as conquistas de Abril no seio de um Partido que é o seu mais consequente defensor.

Sobre a promoção entrevistámos o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

— Como vai a Promoção? O objectivo de trazer ao Partido mais dez mil novos membros tem encontrado nas organizações o empenhamento necessário?

— De um modo geral, as informações que nos chegam das diversas organizações demonstram que há um grande empenhamento no recrutamento de novos membros.

É sinal desse empenhamento o facto de, até ao fim de Fevereiro, se ter atingido quase 50% do número apontado na Reunião do Comité Central.

Isto não quer dizer que não haja em algumas organizações algum atraso, mas é natural que, vencido esse atraso, também nestas se desenvolva o recrutamento.

As indicações que temos recebido apontam para que, no mês corrente, o número de recrutamentos seja superior ao dos dois primeiros meses do ano.

— Tem sido definido, não apenas no Congresso, mas também nos documentos que analisam e fazem o balanço da Organização, que o Partido deve fazer esforços no sentido de aumentar a percentagem de mulheres, jovens e pequenos e médios agricultores, menos representados que outras camadas. Nesta promoção têm-se alcançado resultados positivos quanto a esses objectivos?

— Pode-se desde já dizer alguma coisa sobre o que se

passou no recrutamento até Fevereiro? — Na verdade essas linhas de orientação, que têm sido traçadas e têm sido aplicadas nas campanhas de promoção, estão a ter eco na prática. O recrutamento feito por mulheres, quer de jovens, quer de pequenos e médios agricultores, é superior, e em algumas organizações é nitidamente superior, muito mais percentagens médias actuais. Não há composição do Partido.

— É sinal do empenhamento do Partido o facto de, até ao fim de Fevereiro, se ter atingido quase 50% do número apontado na Reunião do Comité Central?

— Apesar disso, continua a insistir nessas três direcções que as Precisasamos que o Partido realize uma percentagem de mulheres, um traço que corresponda mais ao patenismo que elas representam na realidade económica, social e política do País, precisamos de fortalecer o sempre o Partido nas camadas juvenis e precisamos de alargar, para muito a nossa influência organizativa a grande massa de pequenos agricultores e médios agricultores que existem no País.

— A promoção foi, de facto, o seu início, planeada tendo em conta a implantação do Partido faz

Promoção «Ril» Muitas adesões no distrito de Lioa



Prosegue no distrito de Lioa a Promoção «Abril Vencerá», reguesse tem como objectivo final a incorporação ao Partido de mais milhares de camaradas.

Não falando das numerosas iniciativas e do espírito combativo de muitos comunistas, outras e respectivas organizações, podemos desde já adiantar a obra de exemplo que a célula da freguesia de Cadaval e as freguesias da Amaram e Campolide ultrapassaram já as suas metas iniciais.

De salientar, a propósito, que a zona do Cadaval a Promoção

Alcácer do Sal: uma experiência agu

«Distrito de Setúbal, fortaleza de Abril, recruta mais dois mil» — um lema que diz tudo. Só não fala da determinação que está a caracterizar o trabalho desenvolvido por muitos comunistas do laborioso distrito de Setúbal. Determinação que se revela nas mais diversas iniciativas e através de numerosos exemplos e experiências, de que aqui deixamos o caso de Alcácer do Sal.

O concelho teve uma meta inicial de 120 novas adesões. Há alguns dias atrás já tinham sido recrutados mais de 160 novos camaradas (desde Fevereiro).

A organização concelhia de Alcácer do Sal, depois de ter arrancado com a campanha através de um porta-a-porta em

Casebres, no qual se filiam militantes do Partido 51 novos militantes, avançou com o trabalho na aldeia de Rio de Moínhos. Constituiu-se uma equipa da qual fazia parte o camarada Américo Leal, do Comité Central do Partido, e Entrete percorreu a localidade, dirigindo a -se com especial incidência a cerca de 50 democratas. No novo me do porta-a-porta, o PCP contou o em Rio de Moínhos com 35 novos militantes.

De salientar também a iniciativa realizada na Camaragosa, onde se realizou o concelho de Alcácer do Sal onde vivem 400 pessoas, concelho.

Nas últimas eleições a Alcácer do Sal obteve aqui larga maioria de votos. No entanto, o PCP contava com 36 camaradas em 36 aldeias.

Distrito de Leiria: Ur meta de mil novos militantes

No distrito de Leiria os comunistas têm uma meta de mil novos recrutamentos. Como assinala a Direcção da Organização Regional, «centenas de trabalhadores, homens e mulheres, jovens e idosos, estão dispostos a aderir ao nosso Partido. É necessário, para concretizar este sentimento, que todos os organismos do Partido continuem com o debate sobre o recrutamento, que em todas as reuniões sejam discutidas as metas estabelecidas e se tomem medidas necessárias para serem atingidas e ultrapassadas».

Entretanto, vários exemplos de grande significado têm vindo a assinalar a campanha em vários pontos do distrito. Na freguesia dum concelho ao sul passámos de quatro para 20 militantes, após uma planificação bem elaborada do trabalho.

Uma jovem camarada participou de forma destacada no recrutamento daqueles 20 novos militantes, oito dos quais são camponeses.

Por outro lado, num outro concelho considerado «zona difícil» um só camarada, realizando contactos de aldeia em aldeia, conseguiu marcar uma reunião com simpatizantes, da qual resultaram 19 inscrições no PCP.

Até ao início da segunda semana deste mês, seguiu-se o primeiro lugar (percentagens de recrutamentos) o concelho de Pedregão Grande (95 por cento da meta), seguido do Bombarral (23,3), Caidas da Rainha (22,0), Peniche (21,4), Porto de Mafra (16,0), Marinha Grande (15,6), Leiria (13,0), Alcobaca (12,0), Nazaré (12,0), Batalha (10,0), Castanheira de Pera (10,0), Pombal (8,0) Óbidos (6,0), Figueiró dos Vinhos (0,0), Alvalade (0,0) e Ansião (0,0). A DORLEI seguia com 17,3 por cento. Os recrutamentos efectuados nos dois primeiros meses do ano na Primeira distrito de Leiria, 53 por cento são de operários, 26,5 de camponeses. De referir que 58,9 por cento dos novos militantes são camaras têm menos de 30 anos.

E a campanha continua!

Até dia 29 «Semana da Juventude» em Espinho ● Regulamento do 3.º Festival da Canção Jovem do Concelho

Começa amanhã, prolongando-se até dia 29, a «Semana da Juventude» em Espinho, jornada de unidade e confraternização promovida pela JCP do concelho.

A iniciativa integra várias actividades culturais e desportivas e insere-se numa acção de convívio mais ampla, denominada Festival da Primavera, que culminará com a realização do «3.º Festival da Canção Jovem de Espinho», em 29 de Março, subordinado ao lema «Em viva voz canta a Juventude».

Do regulamento, retiramos alguns dos aspectos principais:

● Poderão concorrer a este Festival todos os jovens com idade não superior a 30 anos, não inscritos no Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, no Sindicato dos Músicos ou na Sociedade Portuguesa de Escritores e que não tenham discos gravados para editoras comerciais.

● Cada concorrente (solista ou conjunto) poderá participar

com uma ou duas canções em Língua Portuguesa.

● Não é obrigatório que as letras e músicas das canções



concorrentes sejam da autoria do intérprete. No caso de não o serem, terão, contudo, de ser originais e de obedecer aos requisitos já expressos.

● As canções a apresentar no Festival serão seleccionadas pela Comissão Organizadora (CO).

● Todos os interessados em participar no Festival, terão que ter em conta o seguinte:

a) Enviar um exemplar dactilografado da letra de cada canção.

b) Se possível, uma cassette gravada pelo concorrente interpretando a respectiva canção.

c) Um envelope fechado com a identificação do concorrente, pois este deve concorrer sob pseudónimo.

d) Enviar as letras das canções para o seguinte endereço: «JCP — Comissão Organizadora do III Festival, Rua 8, n.º 333 — 4500 Espinho».

● A atribuição da classificação às canções concorrentes será feita por um júri a designar pela CO.

a) O júri será designado pela CO na base de personalidades

Comunistas de Pinhel reuniram em plenário

Com a presença de três dezenas de camaradas, reuniu-se em plenário no último sábado a organização concelhia de Pinhel, distrito da Guarda.

Depois de uma intervenção sobre a situação política actual e as tarefas dos comunistas, que estava a cargo do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido, iniciou-se um debate sobre o trabalho e as iniciativas dos

camaradas na região, tendo em vista, principalmente, a mobilização activa das massas populares, dos trabalhadores e democratas na luta pela defesa do regime democrático contra a ofensiva da direita e do seu Governo, pelos direitos e aspirações populares.

O plenário, que decorreu num ambiente de vivo empenhamento tomou importantes decisões sobre a participação dos comunistas da

região na divulgação das comemorações do aniversário da Constituição da República (2 de Abril), do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Foram ainda debatidas diversas questões relacionadas com o recrutamento no concelho e o reforço orgânico do Partido em todas as freguesias.

Presidiu ao plenário o camarada Domingos Oliveira, membro do Comité Central do PCP.

em cada região. Continua
a haver zonas difíceis no País.
Como têm, de um modo geral,
severidade os esforços nessas
zonas?

— As diversas organizações
regionais têm as suas promoções
específicas e é de destacar que
estas têm, também, por fim ajudar
a vencer a grande disparidade
regional que ainda existe na
implantação do Partido. O facto de
uma região ser considerada difícil
não foi razão para que a sua meta
fosse pequena. Pode dizer-se que
há a esse respeito objectivos gran-
diosos.

Daqui resulta que nessas
regiões as organizações estão
a fazer um esforço muito intenso
para vencerem as debilidades
que ainda existem e elevarem
a organização do Partido mesmo
nos concelhos onde ela é ainda
muito reduzida.

Não há dúvida nenhuma que,
após a realização das promoções,
se terá dado um passo mais na
eliminação dos desequilíbrios
regionais que existem no que res-
peita à organização do Partido.

— Não pode desligar-se o au-
mento de efectivos e a estrutura-
ção dos organismos para que
o seu funcionamento melhore
em correspondência com o seu
reforço. Neste momento pode
dizer-se que a estruturação
avança satisfatoriamente?

— O que se pode dizer desde já
é que ao mesmo tempo que se
intensificam as promoções — que
têm um trabalho de recrutamento
pavimentado — igualmente se estão
a fazer campanhas de estrutura-
ção do Partido. É muito neces-
sário que cada novo membro do
Partido rapidamente seja organi-
zado, passe a fazer parte de uma
organização do Partido e que esta
organização do Partido se estru-
ture suficientemente para que
o novo militante, como todos os
demais, possa participar activa-
mente na acção da organização do
Partido que faz parte.

«Abril Vencerá!»

so PCP lisboa

«Abril Vencerá» fez que já não haja
co, freguesias sem comunistas.
des Operários, outros trabalhadores,
350 pequenos e médios agricultores
engrossam as fileiras do Partido
prossegue consequentemente: defende
bairros seus interesses.

Outros casos: as células da
Comportel e da Vitálícia (Sintra)
dobraram o número dos seus
Tudo militantes, enquanto na TAP já
foam recrutados em apenas dois
meses mais camaradas do que em
todo o ano de 1979.

Na Amadora aderiu ao PCP em
médios meses cerca de metade do



Blauqui Teixeira

A constituição de novas Comis-
sões Concelhias, de novas Comis-
sões de Freguesia, de outros orga-
nismos intermédios, bem como
a criação de novas células de
empresa e outras organizações de
base, estão a ter lugar em toda
a organização do Partido.

É indispensável, para se cam-
inhar no sentido de uma melhor
estruturação, um grande trabalho
no que respeita à formação dos
quadros e à sua promoção.

— O Partido encontra-se
mobilizado para uma intensa
actividade em numerosas fron-
tes de luta. Os novos aderentes
vem encontrar nas organizações
as condições para que o ânimo
que os traz às fileiras comunis-
tas possa desenvolver-se e tra-
duzir-se em actividade revolu-
cionária?

— Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.

Actualmente, e ao mesmo
tempo que se está a fazer um
grande esforço orgânico, quer no
sentido da estruturação, quer no
sentido do alargamento do Partido,
por todas as organizações se dis-
cute a actual situação política e se
tomam decisões em defesa dos
interesses das massas trabalhado-
ras e das outras camadas laborio-
sas contra a política reaccionária
do actual Governo. Por isso
mesmo o trabalho de estruturação
do Partido é importante para que
rapidamente os novos recrutados
possam engrenhar na actividade
geral do Partido, dar a sua contri-
buição, ajudar o desenvolvimento
de toda a movimentação que está
a ter lugar e, ao mesmo tempo,
serem ajudados a formarem-se
cada vez melhor como militantes
do Partido Comunista.



A Campanha dos 20 mil contos registou no mês de
Fevereiro um progresso assinalável. Foram atingidos
e ultrapassados os 15 mil contos, o que permitiu satisfazer os
compromissos que a DORP havia assumido em relação
à nova sede e que se venciam no mês de Março.

Os bons resultados da Campanha no último mês revelam um grande
empenhamento e dedicação das organizações e militantes do Partido,
a sua elevada compreensão política e sentido das responsabilidades.
Apesar dos resultados serem variáveis de sector para sector, há que
registar que um considerável número de organizações cumpriu
e ultrapassou mesmo as metas que haviam estabelecido para o mês de
Fevereiro. Tal foi o caso, a nível de grandes sectores, do Comité Local do
Porto, das organizações concelhias de Gaia, Gondomar, Valongo e Santo
Tirso, da organização interconcelhos do Porto, do Sector Intelectual e do
Sector Camponês.

A soma recolhida em Fevereiro, acima dos 3500 contos, foi superior
em mais de 100 por cento à média mensal recolhida nos meses
anteriores.

O balanço do mês de Fevereiro, oitavo mês da campanha, deu como
recolhida e entregue a soma de 15 035 540\$20, assim distribuída:

Comité Local do Porto	4 502 094\$70
Sector Intelectual	2 573 977\$00
Org. Concelhia de V.N. de Gaia	1 014 336\$00
Comité dos Metalúrgicos	1 014 336\$00
Org. Concelhia de Matosinhos	619 095\$00
Org. Concelhia de Gondomar	598 893\$40
Org. Interconcelhos do Porto	576 115\$00
Comité Têxtil	546 117\$50
Org. Concelhia da Maia	219 873\$50
Outros Sectores	131 199\$60
(incluindo a Comissão Coordenadora da Campanha)	2 944 096\$10
Total	15 035 540\$20

A Campanha ganhou no último mês um grande dinamismo, patente no
resultado global alcançado e nos resultados e experiência de algumas
organizações que merecem uma referência especial.

Alguns exemplos

É o caso, entre outros, da organização do concelho de Paredes que,
no início do mês de Fevereiro, era das organizações mais atrasadas na
Campanha, tendo na altura realizado apenas 2 por cento da sua meta. No
final do mês, Paredes tinha subido para 88 por cento da sua meta. Outras
organizações já com bom trabalho anterior conseguiram mesmo assim
imprimir um maior dinamismo ao seu trabalho e ultrapassar largamente
a sua própria meta, como aconteceu, por exemplo, com a organização da
Freguesia de Melres que no final do mês tinha atingido os 233 por cento da
sua meta.

Além disso, foram várias as organizações que ultrapassaram a sua meta no
último mês. Só entre as organizações do Comité Local do Porto, tal
verificou-se com as de Santo Ildefonso (149,9 por cento), Via Rápida
(137,18), Aldoar (127,65), CDL (120,04) e CMP (100,02).

«Almada, uma casa do Partido» Esforço, iniciativa e determinação a caminho do êxito!

Mil contos ao fim de mês
e meio de campanha — é, sem
dúvida, uma verba significativa,
mas os camaradas do concelho de
Almada estão empenhados num
esforço apontado a resultados
ainda maiores.

Com espírito de iniciativa e deter-
minação, a campanha «Almada,
uma Casa do Partido» será,
estamos certos, mais um êxito da
luta e da acção dos comunistas.
Para isso, há que planificar

trolo rigoroso. Por isso há que levar
à prática um lema: **dinheiro rece-
bido, dinheiro entregue.**

Outro aspecto a ter em conta
é a necessidade de levar a
campanha para fora do Partido.
Muitas organizações já assim es-
tão a fazer. E esta é, sem dúvida,
o caminho correcto. Através das
mais diversas iniciativas, há que
levar para as ruas do concelho de
Almada esta importante campanha
de fundos, cujo pleno êxito irá

O novo Centro de Trabalho concelhio em
Almada é um edifício (quase acabado) que se
situa no Largo Professor Egas Moniz. Tem seis
pisos e mais de 30 salas para reuniões.
O seu custo ronda os 13500 contos.

e dinamizar o trabalho, há que ter
em conta as orientações funda-
mentais da campanha.

Por exemplo: há organizações
que não providenciam a rápida
entrega das verbas mais pequenas
ao organismo central da cam-
panha. É necessário não actuar
assim, pois o desentender desta
importante iniciativa do Partido tem
de ser acompanhada a par
e passo, com informação e con-

tribuir para um maior reforço do
Partido e da sua actividade em
defesa dos interesses populares,
com a democracia e o progresso
social.

Relacionado com tudo isto,
o trabalho de informação, divul-
gação e propagação da
Campanha assume igualmente um
papel de relevo que não
é esquecido pelos camaradas de
Almada. Com efeito, já foram

Açores — solidariedade

Continuam a chegar, direc-
tamente às organizações do
Partido, donativos em dinheiro
destinados à população açoreana,
que, neste momento, enfrenta
graves problemas relacionados
com a habitação, uma vez que, na

prática, as iniciativas (aliás pouco
objectivas) do Governo Regional
não dão grande perspectivas
quanto à reconstrução rápida
e eficiente das habitações destruí-
das pelo sismo de 1 de Janeiro.

A um saldo anterior de

«Grandes Serviços» mantém galardão

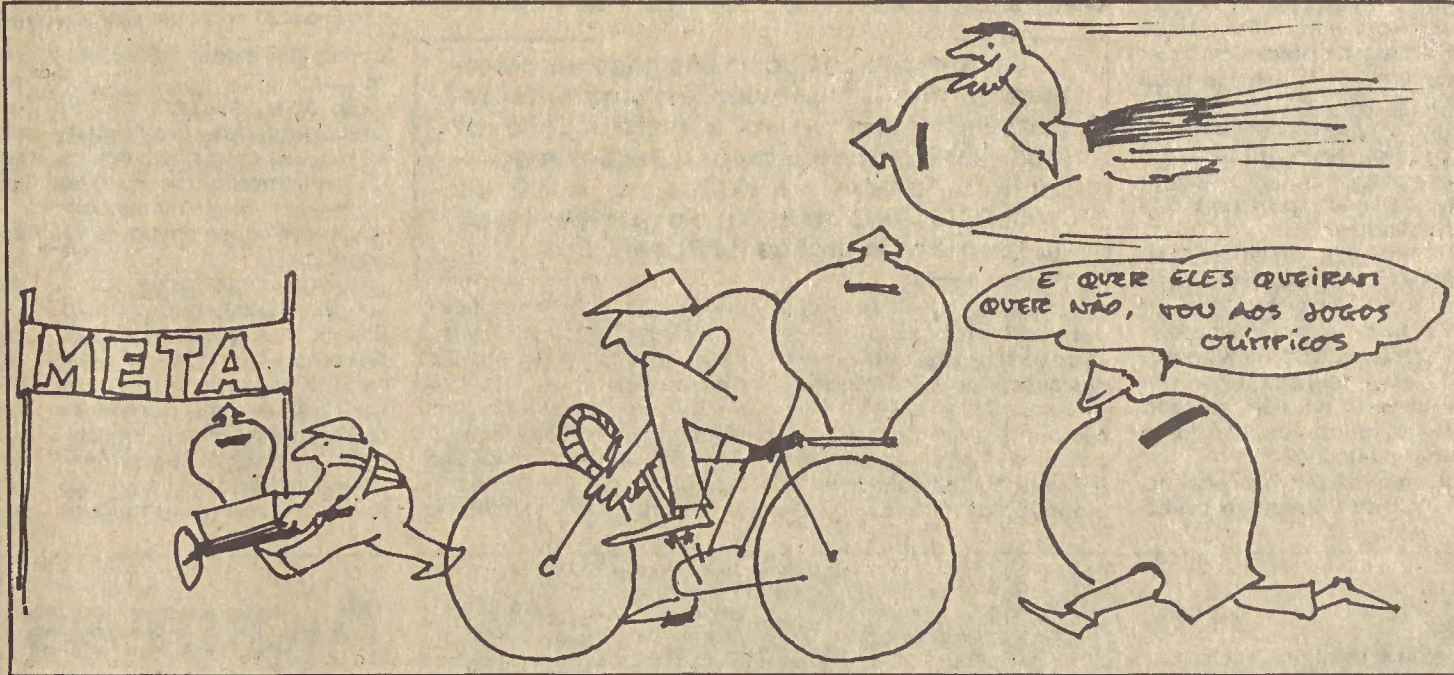
No que respeita à emulação entre os grandes sectores de
organização, o Comité dos Grandes Serviços mantém o galardão
anteriormente conquistado. A classificação é a seguinte:

1. Grandes Serviços	82,54
2. Comité Local do Porto	74,84
3. Gaia	74,84
4. Metalúrgicos	67,62
5. Sector Intelectual	64,34
6. OIC	64,29
7. Matosinhos	59,88
8. Gondomar	57,61
9. Têxteis	54,96
10. Maia	23,85

Iniciativas

Várias iniciativas animaram a campanha no mês passado; a título de
exemplo, refere-se que o sector intelectual editou uma serigrafia oferecida
à campanha e ao Partido pelo escultor Jorge Vieira; a organização de
Paranhos efectuou com grande sucesso um porta-a-porta todos os
domingos, recolhendo objectos para serem rifados, vendidos ou
leiloados; diversas organizações como a OIC ou as Células da Efanor e da
Mondago, do Sector Têxtil, realizaram sorteios.

No âmbito das iniciativas, há a referir que vai ser leiloado a nível
central, o terceiro e último sorteio da Campanha, a realizar pela lotaria de
S. João e com aliciantes prémios que, brevemente serão divulgados.



Camaradas de Montalvão

No próximo domingo, os
camaradas naturais da
freguesia de Montalvão
(concelho de Nisa, distrito de
Portalegre) que residem na
área da grande Lisboa têm

uma importante reunião
marcada para as 15 horas, no
Centro de Trabalho do PCP em
Tires (perto de Cascais). A tua
presença é importante!

CAMARADAS FALECIDOS

CORREIA DIAS — Faleceu no
passado dia 15 o camarada
António Manuel Correia Dias,
membro do Secretariado da Célula
da CDL.

Foi activista no Sindicato da
Indústria e Comércio Farmacêutico
até perto do 25 de Abril, tendo sido
despedido das empresas onde
trabalhou por encabeçar lutas
reivindicativas.

Deu a sua colaboração activa
à CDE em 1973.

Membro do Partido desde 1972,
Correia Dias revelou sempre um
grande espírito militante, contando
com o grande respeito e simpatia
de todos os seus companheiros
e camaradas.

António Manuel Correia Dias era
chefe de Vendas de Livros e
Discos da CDL, empresa a que
se dedicou com todo o empenho
e à qual estava ligado desde a sua
fundação, tendo tido papel de
grande relevo na distribuição do
«Avante!», nomeadamente no ano
que se seguiu ao 25 de Abril.

A Célula do PCP da CDL
agradece aos muitos camaradas
e amigos que o acompanharam
e ajudaram durante a sua doença.

MANUEL DA COSTA — Com
42 anos, faleceu o camarada
Manuel Albano da Costa,
funcionário de Serviços
Municipalizados, natural da Ilha do
Pico, Região Autónoma dos
Açores. Residia na Praia da Vitória
e era membro da organização do
PCP na ilha Terceira.

ANTÓNIO ANJOS — Natural
de Lisboa, faleceu o militante
comunista António Carmo
Cavadas dos Anjos, tinha 58 anos,
e era membro activo da célula do
PCP no Hospital de S. José (sector
da Saúde da Organização
Regional de Lisboa).

JOSÉ FERREIRA — Per-
tencendo actualmente à célula dos
trabalhadores comunistas de
escritório de Évora, faleceu o
nosso camarada José Luis de
Moraes Carvalho Ferreira. Nasceu
em Évora, em 1918. Durante
o regime fascista participou em
várias acções de luta,
nomeadamente na campanha
eleitoral do general Humberto
Delgado. O camarada José
Ferreira trabalhava agora no
escritório da UCP «Azinhale».

ALFREDO DE CARVALHO
— Lutador activo contra o fascismo,
faleceu há dias o camarada Alfredo
Facheco de Carvalho, de 53 anos.
Era membro da célula da Carris
(Lisboa).

ANTÓNIO VARELA — Natural
de Castro Verde e residente em
Praias do Sado (Setúbal), faleceu
também o militante comunista
António Gomes Varela, de 62
anos. Era membro da Célula do
PCP na Sapeca.

Um programa aliciante Santarém aguarda com entusiasmo a Festa da Primavera-80

TRAVAR A OFENSIVA REFORÇAR A UNIDADE

As autarquias em defesa da Reforma Agrária

O âmbito da actuação das autarquias, tão vasto quanto o dos interesses próprios das populações, foi muito justamente recordado no passado sábado, em Évora, pelos responsáveis autárquicos de trinta e sete concelhos dos cinco distritos da zona de intervenção da Reforma Agrária, para demonstrarem à sociedade a sua competência para discutir e tomar posição sobre todos os problemas que a Reforma Agrária diz respeito.

Como salientaria o presidente da Câmara Municipal de Évora, Abílio Fernandes, na sua intervenção de abertura no encontro, ninguém se atreve a dizer que as autarquias nada têm a ver com o desenvolvimento industrial, do comércio, com as condições do ensino ou com a divulgação do artesanato, por exemplo. Porquê então alguns pretendem fazer crer que as autarquias nada têm a ver com a Reforma Agrária? Que não têm de tomar posição face ao ataque generalizado de que está a ser alvo a maior conquista dos trabalhadores?

Como não tomar posição perante tão grave problema se as suas consequências — a fome e o desemprego — entram diariamente pelas Câmaras, solicitadas a dar resposta a um número cada vez maior de trabalhadores desempregados?

Como não tomar posição quando as Câmaras e outros

órgãos do Poder Local são testemunhas de ilegalidades e violências diariamente cometidas pelas forças da reacção, agora no poder, para destruir a mais bela conquista de Abril?

Como não tomar posição quando se constata que já foram destruídas mais de 50

e defendem essa mesma Reforma Agrária?

Esta a questão de fundo que no passado sábado presidiu ao encontro de autarquias em Évora, onde, a par de um levantamento sumário mas significativo das ilegalidades que vêm sendo cometidas contra a Reforma Agrária, os democratas eleitos para as autarquias locais acordaram formas de apoio à justa luta dos trabalhadores rurais que souberam libertar-se do jugo dos latifundiários e a ele não querem voltar a submeter-se.

Contra o espectro da fome, que de novo se levanta, foram apontados exemplos con-

As Autarquias Locais são pessoas colectivas territoriais dotados de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas — assim se define no n.º 2 do Art.º 237.º da Constituição o que são e para que servem os órgãos de Poder Local.

cooperativas agrícolas e que dezenas de latifúndios foram já reconstruídos, em claro desrespeito pela Constituição?

Como não tomar enfim posição sobre o que se passa na zona de intervenção da Reforma Agrária quando se foi eleito pelos que constroem

cretos dos benefícios alcançados com a Reforma Agrária, desde a garantia do emprego permanente ao salário melhorado, passando pela obtenção de regalias como as férias, o salário certo nos sete dias da semana, a criação de lares para os idosos, creches,



Em Évora, 37 concelhos uma só vontade: defender a Reforma Agrária

cooperativas de consumo, etc., etc.

E compararam-se os aumentos das áreas cultivadas, das produções obtidas, do crescimento dos efectivos pecuários com o abandono a que dantes se encontravam as terras.

Intervenção após intervenção, durante todo o dia, foi ficando claro que a ofensiva do Governo «AD» está a destruir toda a riqueza criada em benefício de uma dezena de famílias desligadas da agricultura e em prejuízo da economia nacional. Foi ficando claro que muitas das reservas entregues

estão de novo abandonadas, enquanto de novo o desemprego, a fome, as injustiças se abatem sobre os trabalhadores rurais e os pequenos agricultores.

Como faria notar o representante do Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas de Évora, hoje o que temos pela frente é a procura da destruição total da Reforma Agrária e a reconstrução dos latifúndios; já não se trata da aplicação da Lei Barreto nem de qualquer outra lei. Trata-se de um poderoso ataque do Governo à Reforma Agrária, profundamente ilegal, com

aspectos subversivos e terroristas, levado à prática por fortes contingentes de GNR e por grupos de agrários armados que actuam na mais completa e inconstitucional impunidade.

Contra tal ofensiva se levanta a legítima oposição dos trabalhadores da Reforma Agrária e de todo o país. Contra tal ofensiva se levanta os eleitos do Poder Local de forma a não desmerecerem a confiança que neles foi depositada e a honrar os compromissos assumidos perante as populações que representam.

Algumas ilegalidades

● **UCP 1.º de Maio (Avis)**— Herdade do Painho — reserva de 227 ha e 70 000 pontos. O despacho do Supremo Tribunal Administrativo de 18/1/80 ordenou a suspensão do despacho da Secretaria de Estado de João Goulão, na base do qual a reserva foi entregue. No entanto, a reserva foi demarcada em claro desrespeito pela decisão do Supremo Tribunal Administrativo.

● **UCP Liberdade do Povo (Veiros)**— O despacho do

Secretário de Estado da Estruturação Agrária, Domingos Gaspar, de 29/11/79, revogou anterior despacho de João Goulão de 13/7/79 que mandava demarcar uma reserva. No entanto, João Goulão, de novo no Governo, mantém a entrega de reserva com base no despacho já revogado.

● **UCP 25 de Abril (Montemor-o-Novo)**— Reservas de 550 ha e 140 000 pontos, inviabilizando a UCP, quando haveria lugar a uma

reserva de apenas 35 000 pontos.

● **UCP Flor do Alentejo (Évora)**— Roubo descarado de 1000 cabeças de gado, para além do inventário da ocupação no valor de 12 000 contos.

● **UCP Pioneiros da Reforma Agrária (Beja)**— Roubo de 190 vacas leiteiras e respectivas crias (algumas atacadas de brucelose) com transporte ilegal, sem guia da Intendência Pecuária, com a cobertura de forças da GNR.

Algumas violências

● **Cooperativa 3 de Outubro (Alvalade-Sado)**— No dia 21 de Fevereiro a GNR, acompanhada de agrários, desaloja oito famílias e seus haveres, destruindo-os, deixando sem abrigo cerca de 28 pessoas, entre as quais 13 crianças.

● **Casa Branca, 4 de Março**— O tenente Miguel Santos, da GNR, no comando de um forte contingente, provoca a população pontapeando as portas das casas e ofendendo a dignidade das mulheres.

● **UCP "26 de Janeiro" (Vidigueira)**— No dia 11 do corrente a GNR descarregou violentamente sobre os trabalhadores, ferindo dezoito que tiveram de receber tratamento hospitalar, não poupando na sua fúria uma criança de sete anos.

● **Assembleia Distrital de Beja (6 de Março)**— O Governador Civil de Beja opôs-se arbitrariamente a que os eleitos daquele órgão se pronunciassem sobre as incidências dos ataques contra a Reforma Agrária no

desemprego, na instabilidade social, no retrocesso económico e na fome que já existe em muitos lados.

● **UCP Santana do Campo (Arraiolos)**— Sequestro do trabalhador João Gregório, presidente da direcção da UCP Santana do Campo, pelas forças da GNR e bandos de agrários armados.

● **Redondo**— Detenção do vereador José dos Remédios, da Câmara Municipal do Redondo, na entrega de uma reserva ilegal.



As marcas bem visíveis da brutalidade



A violência e o desprezo pelo povo trabalhador

Poder Local paralisa em apoio à Reforma Agrária

O esclarecimento da opinião pública sobre o que se passa na zona de intervenção da Reforma Agrária constitui também um dos objectivos do encontro de Évora. Mas como então se disse, as ilegalidades, a repressão, o desemprego, não podem ser separados de um outro aspecto da mesma realidade — a luta dos trabalhadores.

Com efeito, os ataques à Reforma Agrária duram há vários anos, vários governos caíram já tentando destruir a Reforma Agrária sem o conseguir. Outros caíram e a Reforma Agrária será defendida e consolidada.

Para tal, contribuirão as mais diversas formas de luta que os trabalhadores possam adoptar. Para tal, contribuirão também as medidas que os eleitos das autarquias da zona de intervenção da Reforma Agrária dos distritos de Évora, Beja, Santarém, Portalegre e Setúbal, reunidos em Évora

decidiram levar à prática de imediato:

● **Paralisação dos órgãos autárquicos da zona de intervenção** da Reforma Agrária, no dia 27/3, como apoio e solidariedade activa à justa luta dos trabalhadores agrícolas.

● **Solicitar audiências aos órgãos de soberania**, concretamente: Presidente da República, Assembleia da República, Conselho da Revolução, Governo, Provedor de Justiça e autoridades militares e religiosas, para apresentação do documento final do encontro.

● **Dentro das possibilidades**, colocar os meios técnicos dos órgãos autárquicos à disposição das UCP's-Cooperativas e pequenos e médios agricultores.

● **Promover plenários**, distribuição de documentos e outras formas possíveis de esclarecimento das populações sobre a ofensiva

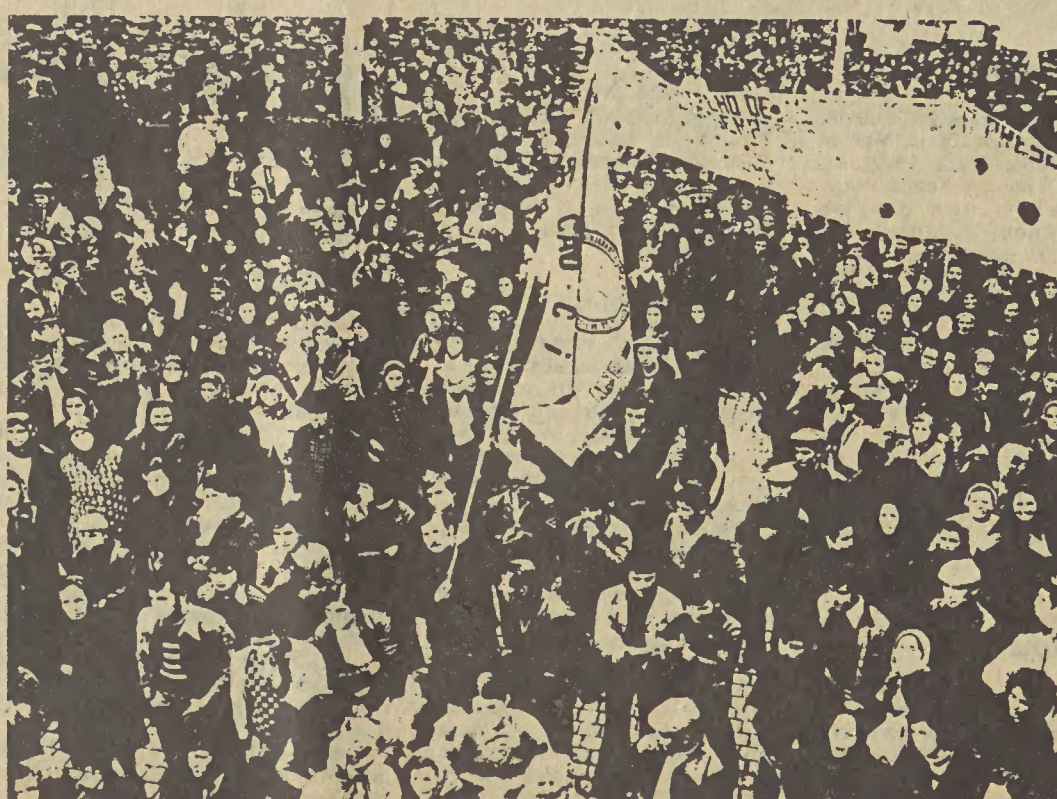
ilegal e destruidora do Governo Sá Carneiro-Freitas do Amaral quanto à Reforma Agrária.

● **Promover concentrações** de eleitos do Poder Local, da Zona de Intervenção da Reforma Agrária e outros, em data a marcar, junto da Assembleia da República e órgãos do Poder central e regional, para exigir a paragem da ofensiva.

● **Continuar a acompanhar** todas as entregas das reservas ilegais na área da sua jurisdição, como testemunha de autoridade para o conhecimento do facto das acções violentas, arbitrarias e ilegais.

● **Criar uma comissão inter-distrital** ao nível de toda a zona da Reforma Agrária, com vista ao cumprimento das deliberações deste encontro.

● **Apoiar a participação** activa de todos os eleitos das autarquias na 4.ª Conferência da Reforma Agrária que se realiza nos próximos dias 12 e 13 de Abril em Évora.



Otelo Saraiva de Carvalho Declarações irresponsáveis

1. A criminosa ofensiva do Governo Sá Carneiro contra a Reforma Agrária constitui no momento actual um dos eixos fundamentais da ofensiva global da reacção contra o regime democrático.

Desrespeitando a Constituição e as leis, o Governo Sá Carneiro no confessado objectivo de entregar a terra "a quem sempre a teve" está comandando no Alentejo uma onda de ilegalidades, violências e arbitrariedades que constituem um autêntico escândalo nacional. Muitos milhares de hectares roubados às UCP's/Cooperativas, roubos de gados, máquinas, instalações e searas, entregas de reservas a agrários absentistas e pseudo-rendeiros, majorações ilegais, desrespeito por decisões dos próprios Tribunais, cumplicidade com bandos armados de agrários, agressões e provocações contra trabalhadores e suas famílias — caracterizam a política de reconstituição dos latifúndios em que o Governo está empenhado, colocando-se em atitude de rebeldia e subversão da legalidade democrática e constitucional.

2. A esta ofensiva que atenta contra os direitos e aspirações das populações da zona da Reforma Agrária, prejudica a agricultura e os interesses nacionais, golpeia o esforço produtivo dos trabalhadores rurais, acirra conflitos e tensões, provoca a instabilidade e violência, têm os obreiros da Reforma Agrária respondido com grande combatividade e firmeza, com a determinação própria de quem tem razão, com a energia e a unidade de quem não quer voltar ao passado de fome, miséria e desemprego que o Governo Sá Carneiro quer ressuscitar nos campos do Sul.

Grandes manifestações, plenários e concentrações, diligências junto de órgãos de Poder, resistência directa à consumação das ilegalidades do Governo, denúncia perante a opinião pública do carácter criminoso da ofensiva de destruição, prosseguimento do trabalho produtivo como linha de defesa da Reforma Agrária, intensificação da solidariedade dos trabalhadores e democratas portugueses — assinalam uma ampla movimentação e luta de massas, revestindo expressões muito diversificadas e criadoras, que confirmam a elevada consciência de classe, maturidade política e disposição revolucionária dos trabalhadores da Reforma Agrária.

Os trabalhadores do Alentejo contando com o apoio massivo do conjunto das populações da zona da Reforma Agrária, estão dando um alto exemplo de coragem e heroísmo em defesa da liberdade, da democracia e das conquistas de Abril.

As próximas jornadas de solidariedade de 25, 26 e 27 do corrente mostrarão, com renovado vigor e ainda mais ampla expressão, que em todo o País os trabalhadores portugueses levantam a bandeira da defesa da Reforma Agrária contra a política de terror, violência e destruição levada a cabo pelo Governo Sá Carneiro.

3. Sendo esta a realidade, não podem passar em claro as recentes declarações de Otelo Saraiva de Carvalho numa reunião em Évora, em que pretendeu dar lições aos trabalhadores alentejanos, traçou uma perspectiva derrotista e desmobilizadora da situação, e pretendeu empurrar os trabalhadores para formas de luta que na actual situação, no mínimo, se tem de considerar como provocatória e como fazendo claramente o jogo da direita.

Como noutras situações anteriores, volta a ser muito significativo que num momento em que a direita — querendo esconder que é o seu Governo que se coloca fora da legalidade constitucional — acusa os trabalhadores de incitamentos à violência e da criação de climas "insurreccionais", Otelo Saraiva de Carvalho vá ao Alentejo proferir inflamados apelos "à violência das armas" e a "marchas sobre Lisboa".

Os trabalhadores alentejanos têm atrás de si décadas de luta, experiência e de organização. Têm do seu lado a legalidade constitucional. Contam com uma profunda e activa solidariedade dos democratas portugueses. Têm uma coragem e determinação revolucionária que não teme comparações com a dos turistas políticos que foram a Évora este fim-de-semana. Não desbaratarão o que são as condições essenciais para a vitória da Reforma Agrária em favor das concepções derrotistas irresponsáveis de Otelo Saraiva de Carvalho.

Lisboa, 17 de Março de 1980

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

TRAVAR A OFENSIVA REFORÇAR A UNIDADE

Jornada dos dias 25, 26 e 27

Objectivos: Sindicatos Agrícolas definem

"Perante a actuação fora da lei e repressiva do Governo Sá Carneiro, que provoca o desemprego, o aumento do custo de vida, a fome, a destruição da produção, que abre o caminho a uma nova ditadura do terror e exploração, os trabalhadores reafirmam que a luta irá intensificar-se com vista à derrota e substituição do Governo fora da lei da auto denominada "Aliança Democrática".

Esta a posição dos Sindi-

catos de Trabalhadores Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, que em nome de mais de 120 mil associados exigem o fim da ofensiva contra a Reforma Agrária, a retirada da GNR de todo o processo e a demissão do Governo Sá Carneiro/PPD/CDS.

A Jornada dos dias 25, 26 e 27, que paralisará todo o sector agrícola na zona de intervenção e parcialmente outros sectores, representa já um momento na intensificação

desta luta cujos objectivos centrais são ainda:

● **Reafirmar a disposição dos trabalhadores em intensificar a luta pela recuperação das terras ilegalmente usurpadas às UCPs/Coop., continuar a luta pela expropriação dos latifúndios e pela entrega da terra aos trabalhadores agrícolas, pequenos proprietários, rendeiros e seareiros pobres, de acordo com a Constituição, continuar a luta até à revogação da Inconstitucional Lei Barreto**

e realização total da Reforma Agrária. Intensificar a luta contra o desemprego que, devido à política deste Governo e dos anteriores, atinge já milhares de mulheres e de jovens rurais e contra o aumento do custo de vida da responsabilidade do PPD/CDS."

Levar estes objectivos de luta e as suas razões à população é também uma das linhas de actuação dos Sindicatos Agrícolas. Por isso mesmo, nos dias de greve, nas concentrações e manifestações

em aldeias, vilas e cidades, haverá distribuição de propaganda informando "sobre as intenções contra-revolucionárias e ditatoriais do Governo de Carneiro e Amaral".

A pouco menos de uma semana da Jornada, os Sindicatos Agrícolas, legítimos representantes dos trabalhadores agrícolas, recordam o seu apelo à solidariedade activa de todas as classes e camadas laboriosas do Alentejo, Ribatejo e Setúbal e de todo o país.



A indignação popular manifesta-se nas ruas do Alentejo

Adesões em todo o País

● Tomando posição sobre a Jornada de Luta em Defesa da Reforma Agrária nos próximos dias 26 e 27, o Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa enviou aos órgãos de Comunicação Social um comunicado, do qual transcrevemos:

"Os trabalhadores da Reforma Agrária não estão sozinhos! Os operários, os trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, apoiando as resoluções do III Congresso da CGTP-Inter-sindical Nacional, lançam um veemente apelo aos trabalhadores e às Comissões de Trabalhadores do Distrito de Lisboa para que nos dias 25, 26 e 27 de Março realizem grandes acções de massas, nomeadamente paralisações, plenários e manifestações em solidariedade aos trabalhadores do Alentejo e em defesa da Reforma Agrária.

● Os órgãos autárquicos da zona de intervenção da Reforma Agrária paralisam no dia 27 como apoio e solidariedade activa à justa luta dos trabalhadores agrícolas.

● União dos Sindicatos de Setúbal, Cintura Industrial de Setúbal e União Coordenadora das Cooperativas e UCPs de Setúbal: haverá concentrações em 27 locais. Num manifesto conjunto, estas organizações denunciam: "Desde que vigora a famigerada Lei Barreto, já foram entregues só neste distrito reservas no total de 20000

hectares, resultando daí a extinção de oito cooperativas e a inviabilização de mais sete" ao mesmo tempo "quase meio milhão de trabalhadores viram-se lançados no desemprego e 150 pessoas foram despejadas das casas onde residiam ficando sem habitação".

● Sindicatos de Beja: dez das mais representativas associações sindicais do distrito decidiram num plenário desenvolver acções de massas, paralisações, concentrações e manifestações, nos dias 26 e 27, com o objectivo principal de "apoiar as reivindicações dos trabalhadores agrícolas no que respeita ao termo da brutal ofensiva".

● A União dos Sindicatos de Évora informa que já manifestaram a sua adesão os seguintes sindicatos: Construção Civil, Metalúrgicos, Químicos, Cerâmicos, Gráficos e Indústrias Alimentares.

● Mulheres das CUM's de Évora e outras distribuirão café aos trabalhadores concentrados durante a noite. Fala-se noutras acções de adesão e solidariedade ainda não confirmadas. Entre elas, distribuição de pão pelos padeiros de algumas regiões durante a noite de 26 para 27.

● O Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa exorta, por sua vez, as massas populares a participarem nas manifestações contra o Governo «reaccionário

e classista» que desenvolve uma ofensiva global contra os trabalhadores portugueses, contra o regime democrático e as suas bases económicas.

● Os Sindicatos do distrito de Aveiro, na mesma linha de solidariedade geral convocaram concentrações de apoio à Reforma Agrária, para o dia 27, em Águeda, São João da Madeira, Ovar e Aveiro, e de protesto contra o aumento do custo de vida, a repressão nas empresas e os despejamentos. A decisão foi tomada em plenário da União dos Sindicatos de Aveiro.

● A União dos Sindicatos de Lisboa, reunida entretanto em plenário decidiu promover reuniões em várias empresas, realizar uma sessão pública, no dia 24, na Voz do Operário, e promover conferências, colóquios e outras iniciativas do mesmo tipo nas mais diversas zonas do distrito, incluindo uma recolha de assinaturas de apoio e solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária. Será distribuído um manifesto à população de Lisboa.

● A União dos Sindicatos do

Distrito de Santarém aprovou moções de repúdio pelo assalto da Aliança reaccionária no Governo às conquistas de Abril e de apoio às jornadas de luta.

● Posição idêntica tomou o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa.

● Os trabalhadores da Cooperativa Agro de Campo Maior (comercialização e transformação) paralisam no dia 27, solidarizando-se com «a justa luta do pessoal da Reforma Agrária».

Em moções aprovadas tomaram ainda posição a favor da luta:

● Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira de Lisboa.

● Câmara Municipal de Vendas Novas.

● Secretariado das Comissões de Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas.

● Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, Pecuária e Silvicultura do Distrito de Lisboa.

● Movimento Democrático de Mulheres do Concelho de Vila

Franca de Xira.

● Trabalhadores e moradores da 1.ª Zona da cidade de Lisboa.

● Trabalhadores da Corame.

● Delegados sindicais metalúrgicos de Setúbal.

● Delegados sindicais dos trabalhadores gráficos do Porto, Bragança e Vila Real, decidiram apoiar a jornada.

● Onze sindicatos e cinco comissões de trabalhadores de Viana do Castelo convocaram para dia 27 uma concentração de solidarie-

dade, pelas 18 horas, na Praça da República daquela cidade.

● A direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Construção, Mármore e Madeiras de Lisboa exorta os trabalhadores à adesão.

CGTP-IN exorta à solidariedade

Por último, o Secretariado da CGTP-IN, dando continuidade à decisão do III Congresso, «apela a todo o Movimento Sindical para que as jornadas dos próximos dias 25, 26 e 27 sejam preparadas e realizadas por forma a que constituam uma inequívoca demonstração de repúdio da política reaccionária e antipatriótica do Governo e uma poderosa manifestação de solidariedade activa e militante de todos os trabalhadores para com os heróicos trabalhadores que, no Ribatejo e no Alentejo, ergueram, consolidaram e defendem abnegadamente a mais bela conquista do 25 de Abril».

Estas são algumas das adesões já vindas a público. Entretanto, nestes dias, outras serão tornadas públicas, segundo informação das organizações sindicais.



A luta de massas é o caminho certo



Calendários e locais no Alentejo

Dia 26: greve dos trabalhadores das UCPs/Cooperativas.

Dia 27: greve dos trabalhadores do sector agrícola privado e diversas greves parciais no sector industrial.

Locais de concentração

Durante os dias 26 e 27, os trabalhadores estarão concentrados, inclusive durante a noite, nos seguintes locais:

Distrito de Beja: Beja, Moura e Odemira.

Distrito de Évora: Évora, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Vendas Novas e Estremoz.

Distrito de Portalegre: Avis, Ponte de Sor, Monforte, Elvas (só de dia) e Campo Maior (na noite de 26 para 27).

PARA DERROTAR A POLÍTICA DA DIREITA

Terras roubadas são terras paradas

Terras roubadas às UCP/Coop. são terras paradas! Esta uma evidência que salta aos olhos de quem, por terras do Alentejo e Ribatejo, vai até às reservas ilegais e arbitrarias que fazem que os melhores solos vão parar às mãos de agrários absentistas.

Em muitos casos nem sequer é tarefa arriscada avançar até essas terras escandalosamente usurpadas a quem as trabalha: exceptuando as que foram entregues mais recentemente e onde agrários armados se acoitam, muitas vezes com a protecção da GNR (e enquanto a guarda lá está até metem tractores para as fotos dos jornais da reacção...), é em muitos casos fácil a uma qualquer pessoa ir até às reservas: nem viv'álma a importunará. Nos montes, as casas e armazéns fechados às vezes com um simples cordel; as máquinas paradas; o mato crescendo até à altura de um homem, o musgo ganhando os troncos das azinheiras que vão

definindo. As fotos são elucidiativas. Cobrem aspectos de reservas nos concelhos de Évora, Montemor-o-Novo, Montalvão-Nisa, Ourique. Mas os exemplos poderiam ser muitos mais. O problema é de escolha e às vezes de acesso...

É certo que nestas terras paradas crescem por vezes searas. São as que os trabalhadores deixaram nas terras;



Os reservatórios deixam as terras ao abandono

são algumas vezes feitas já após a entrega de reservas, quando, arriscando-se à repressão, os trabalhadores insistem em semear o pão de todos nós.

Quem duvida vá ver. Para que toda a gente saiba que:

Terras roubadas são terras paradas até que os trabalhadores a elas voltem, de novo semeando as searas de Abril.



Reservas: mato e desemprego

Basta!

Mais de 40 000 hectares roubados às UCPs/Coop. por obra do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral; mais de 50 UCPs/Coop. destruídas; muitas outras inviabilizadas economicamente; milhares e milhares de cabeças de gado roubadas; dezenas e dezenas de máquinas e alfaías usurpadas às Unidades; culturas perdidas; terras que mantendo-se na mão de agrários, sob cobertura da GNR, não serão semeadas; barragens e albufeiras feitas pelos trabalhadores e oferecidas agora a agrários ao mesmo tempo que a sede social das cooperativas, casões e armazéns, oficinas, vacarias e lagares; trabalhadores desalojados de suas casas no monte; dezenas e dezenas de trabalhadores espancados, intimidados e feridos; desemprego avançando sobre aldeias e vilas; fome invadindo os lares; em perigo, por falta de meios, as creches, os lares para idosos, as Cooperativas de Consumo criadas por iniciativa dos trabalhadores das

UCPs/Coop e por eles mantidas.

Tal é a mudança que o Governo da Aliança reaccionária veio trazer a terras da Reforma Agrária. Na outra face desta mudança brutal, feita fora de qualquer lei e com escandaloso desrespeito pelos mais elementares direitos humanos e pelos interesses da economia nacional e do Povo português, encontra-se o processo de reconstituição acelerada dos latifúndios, o benefício de meia dúzia de famílias desligadas da agricultura. Benefício de tal modo afronoso que assistimos à tentativa de reconstituição de latifúndios ainda mais poderosos do que os existentes antes do 25 de Abril. Exemplo deste facto: já foram entregues 10 000 hectares de regadio, quando à data da ocupação só havia 9000 ha; as famílias Moura Neves, Costa Pinto, Drago e outras têm hoje mais terras do que no tempo do regime fascista!

Tal é a mudança desenvolvida pela acção do Governo da Aliança reaccionária utilizan-

do bandos organizados de agrários armados e forças repressivas.

A esta mudança, os trabalhadores da Reforma Agrária dizem:

Não!

A esta mudança, os trabalhadores de outros sectores de actividade — Construção Civil, Metalúrgicos, Cerâmicos, Químicos e tantos outros — organizados no Movimento Sindical Unitário, dizem:

Não!

A esta mudança, as forças democráticas, as massas populares, dizem:

Não!

Vão dizê-lo com mais força ainda, maior determinação, mais firme unidade nos próximos dias 26 e 27, pelas aldeias, vilas e cidades, em concentrações e manifestações, em paralisasões totais no sector agrícola, parciais em muitos sectores da indústria.

Os trabalhadores dizem:

Não! Basta!

E exigem:

Fora com os agrários! Avante com a Reforma Agrária!



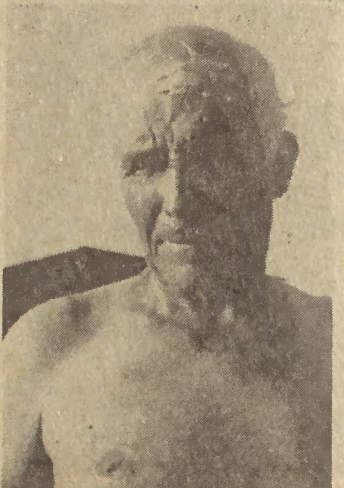
Terras abandonadas

Marcas da política do PPD/CDS

Aqui nestas imagens, neste rosto coberto de sangue de um trabalhador morto, nestes braços espancados, nestas costas feridas, as marcas da política de direita, as marcas da política do PPD/CDS.

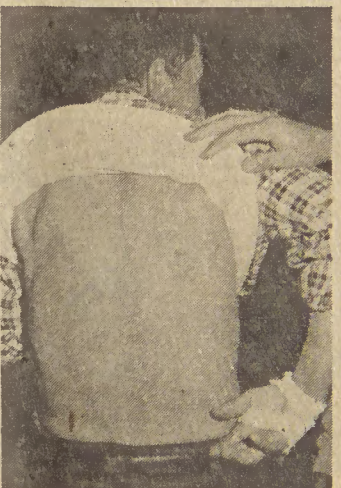
Testemunhos da violência, da brutalidade, da ilegalidade. São trabalhadores despejados das terras, destruída a produção para que as grandes famílias — as que outrora fizeram do Alentejo e Ribatejo regiões de desemprego, fome, miséria — voltem a constituir os seus feudos. E por obra do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, já alguns foram reconstituídos: as famílias Costa Pinto, 5000 ha; Moura Neves, 3600 ha; Lino Neto, 2500 ha; Ramos Magalhães, 2200 ha, todos do distrito de Portalegre; as famílias Murteira, 2750 ha; Grave, 1200 ha; Mexias de Almeida, 1150 ha;

Dias Coutinho, 1600 ha, todos do distrito de Évora. As famílias Drago, 2500 ha; Passanhas Barbosa, 1500 ha; Borralhos, 1670 ha, etc., no distrito de Beja.



Violência

Mas estes trabalhadores espancados em defesa da terra são também testemunho de algo mais forte: a vontade inquebrantável de lutar e vencer.



Brutalidade



Morte

TRAVAR A OFENSIVA REFORÇAR A UNIDADE

Liga de Coruche

Terras que agrários não cultivam é que devem ser distribuídas!

— Aproveitando-se da falta de terra que os pequenos e médios agricultores têm para a sua actividade, o Governo "AD" quer destruir as Unidades Colectivas e as Cooperativas, dizendo que vai distribuir a terra por nós, pequenos agricultores. Ora nós somos cem por cento contra isto. É uma perseguição, a Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Coruche considera uma perseguição às Unidades, esta Idela do Governo "AD" que quer pôr trabalhadores a brigar com trabalhadores.

Quem assim nos fala é Lourenço Filipe, presidente da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Concelho de Coruche, que tem já mais de 100 associados. E ao mesmo tempo aponta as soluções, as únicas justas e urgentes, para resolver a sede de terra que atinge diversos agricultores:

— Há neste momento terras por expropriar, terras que ultrapassam largamente a pontuação prevista. Há milhares e milhares de hectares de terra, mal cultivada, mal aproveitada, nas mãos dos grandes agrários e dos grandes rendeiros enquanto nós lutamos com a falta de terra.

Ora nós pretendemos que o Governo nos distribua essas terras em termos de arrendamento, não arrendamento de campanha mas arrendamento fixo para podermos investir sem receio. Não queremos as terras das UCP's e Cooperativas que são tratadas pelos trabalhadores. A Liga considera que se a um proprietário são permitidos por lei 50 000 a 70 000 pontos, correspondendo a determinado número de hectares de regadio ou sequeiro, então a cada trabalhador das Cooperativas deveria igualmente ser permitida a mesma pontuação. Por isso, segundo a Liga, as Cooperativas não têm terra a mais e portanto esta não lhes deve ser retirada. O que precisamos, então, são as terras que nas mãos de

agrários ficam paradas e que por lei são expropriáveis. Porque nós temos dificuldades prementes na questão de colocação em terras. Uns agricultores não têm nenhuma e outros têm um hectare, um hectare e meio e não lhes chega porque as culturas têm de ser alteradas; outros ainda têm uns 7 ou 8 hectares mas em terras de charneca, sempre no mesmo sítio, o que não lhes dá porque as culturas têm de ser mudadas.

A lavoura tem de andar para a frente

— Não só a falta de terras é problema. Na realidade, muitos dos que têm alguns palmos de terra, mesmo razoável, vêem-se no "cabo dos trabalhos" com o aumento de preços dos produtos fundamentais para a produção agrícola. Entre este o aumento de preço do gasóleo levanta sérios protestos — diz Carlos Paulo, um pequeno agricultor da Liga que faz 3 hectares de campo e faz engorda de bezerros:

— Este aumento dificultou mais o que já estava dificultado. O Governo fala num esquema compensatório mas nós não sabemos o que seja isso. Consideramos que o justo seria atribuir um subsídio ao gasóleo tal como nós, agricultores, temos vindo a reivindicar. E, por outro lado, pensamos que o gasóleo para a agricultura deveria ter corante pois os grandes senhores é que

beneficiam com os livretes de tractores antigos que já não usam mas que mantêm.

Além do aumento de preços dos produtos para a produção, outros preços que nos interessa ver garantidos são os preços à produção agrícola. Sabem agora o que se passa? Somente isto: fazemos as searas, sabemos quanto vamos gastar mas nunca sabemos quanto vamos receber; não sabemos se val ser ou não compensatório. É assim para o tomate, cujo preço só sabemos quando estiver a dar fruto, para o milho, para o pimento, para a fruta, etc.

Voltando à conversa, Lourenço Filipe foca outra questão que preocupa os agricultores.

— Exactamente, a outra questão é a de como comercializar a produção agrícola. Como escoar e a que preços? São grandes as dificuldades na venda de maior parte da nossa produção. As terras são ruins e então a gente o que pode mais semear são produtos hortícolas e fruta. E, temos de os vender ao intermediário, ao preço da miséria. Para continuarmos a ser sugados pelos Intermediários, pensamos

em arranjar uma cooperativa de comercialização afectada à Liga e por enquanto a funcionar só ao nível de Coruche. Assim fizemos. Temos armazéns, temos uma camioneta que vai buscar a produção para a trazer para uma banca que possuímos no mercado.

O que se observa é que nós vendendo directamente ao consumidor, através da banca no mercado, podemos comercializar os produtos muito mais baratos: ganhamos nós e ganha o consumidor. Dou um exemplo: o intermediário compra a laranja ao agricultor a 1\$50 o quilo a do chão, e a 2\$50 e 3\$00 a do ar, e depois vai vender a primeira qualidade por preços até aos 10\$00 e a do ar por 15\$00 o quilo. Ora bem, nós vendemos directamente ao consumidor a laranja do ar a 10\$00 o quilo. Quanto aos outros preços que praticamos, os consumidores que digam se não os satisfazem: vendemos o nabo a 5\$50 o molho, as hortaliças a 10\$00 o quilo, as alfaces grandes a 5\$00 e a 4\$00, o molho dos grelos a 6\$50, a tanja e a tangerina a 10\$00, a cebola também a 10\$00, a cenoura a 17\$50, os ovos a 40\$00, as batatas a 13\$50... Da receita destas vendas vai uma margem de 10 por cento para o fundo de maneo da Cooperativa. Nós pensamos que a comercialização da diversa produção agrícola deveria ser completamente feita através do Governo, eliminando-se os circuitos Intermediários. Mantendo-se o actual sistema o intermediário compra-nos os produtos ao preço da miséria e fá-los chegar ao consumidor ao preço do ouro.

Pela resolução deste problema e de outros que não deixam a lavoura andar, para a frente, luta a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Coruche.



Trabalhadores da Salvador Joaquim do Pomar falam ao "Avante!" sobre o roubo de gado bovino, que lhes traz um prejuízo de cerca de 4000 contos

Até um dia...

— Reportagem na UCP Salvador Joaquim do Pomar — Escoural

Não é só o roubo brutal de terras.

É também a sangria de gados, gados que criamos à custa do nosso suor, gados que nas nossas mãos povoaram estas terras do Alentejo e do Ribatejo como nunca tinha acontecido e que agora vão para as mãos de agrários absentistas, sabotadores.

Estes roubos ocorrem de dois modos: ou no acto de entrega das reservas, ou depois. No segundo caso — foi o nosso, Cooperativa Salvador Joaquim do Pomar, Escoural, Montemor-o-Novo — a Guarda avisou com menos de 24 horas de antecedência e cai quase de surpresa nas Cooperativas. Entre nós, há cerca de duas semanas, apareceram logo pela manhã 180 guardas, 26 "jeeps" e um helicóptero. Invadiram as nossas terras, o helicóptero descobriu o gado que andava ali atrás de uns montes. E assim nos roubaram 64 cabeças de gado bovino.

Quem nos fala é o presi-

dente da UCP "Salvador Joaquim do Pomar", Fortunato Anes. No ambiente austero da sala onde nos encontramos, nas traseiras dos escritórios da Cooperativa, os olhos dos trabalhadores estão cheios de luta e revolta. O cansaço escorrega-lhes das faces à luz fraca da lâmpada que balança no tecto alto. E, no entanto, nesta amargura pela perda do gado — gado que tanto esforço custou à Cooperativa — há a mais forte, a mais determinada vontade de defender a Reforma Agrária, de travar a ofensiva custe o que custar, doa o que doer. E, no entanto, a estes homens que estão sentados na nossa frente, nesta sala cerrada de paredes brancas e nuas, a defesa da Reforma Agrária já custou vidas: as dos trabalhadores António Maria Casquinha de 17 anos e João Geraldo Caravela de 57 anos, em Setembro do ano passado, quando em terras da UCP Bento Gonçalves defendiam outro gado que jamais foi parar às mãos dos agrários.

António Vidigal, um

trabalhador que esteve presente na operação do roubo das vacas narra-nos o que se passou:

— Depois de descobrirem as vacas, os guardas foram escoltando os animais, com os agrários ao lado e os trabalhadores atrás. Tomaram o caminho de Casa Branca, onde esperavam oito camionetas de Intermediários para levarem o nosso gado. Chegados à via férrea, estavam já na estação a população e outros trabalhadores. Então alguns saltaram para o meio das vacas, a enrolar os animais. Foi quando o oficial da GNR, Correia Dias, disse que as vacas tinham de passar, ameaçando arrasar a estação e a aldeia se a população empatesse o gado. Mulheres choravam e o oficial começou a insultá-las em termos que nem se podem repetir, dizendo que se a gente não deixasse passar o gado, chegavam o fogo para cima de nós. Um empregado dos Caminhos de Ferro insurgiu-se com o que ele estava a chamar às mulheres, e apanhou logo ali uma valente sova.

Apontaram armas para os trabalhadores e então estes tiveram de largar as vacas, mas foram na mesma atrás do gado. Então, chegados a 300 m do Poço da Rua, não deixaram passar ninguém. Por ali estiveram tempos e tempos a carregar todo

o gado até o levarem. E depois foi a "festa": perseguiram a população concentrada nas ruas, entraram nas casas das pessoas, carregaram, bateram, era um jogo de caça aos trabalhadores, queriam que a gente se montasse nos tractores para nos obrigarem a vir para a unidade para depois, longe da população, carregarem ainda mais para cima de nós.

O presidente da Cooperativa esclarece a posição dos trabalhadores:

— É verdade que o agrário deixou cá o gado. Mas gado em tal estado que teve de ser abatido porque tinha brucelose. No entanto, nós nem fazemos questão disso e propusemo-nos a pagar-lhe o gado ao preço do inventário. Isto é justo, ou não é? Mas roubarem-nos gado novo, gado bom, vacas quase todas em vésperas de parir, é um crime, é um escândalo, e representa uma perda enorme para nós.

Enquanto cada vaca na altura da ocupação estava avaliada em 12 contos, agora valem 60 contos cada uma. Com as 63 vacas e um touro causam-nos um prejuízo de 4000 contos. E só! Mas o prejuízo vai mais além, atinge a produção: porque nos deixaram muitos bezerros que não poderão resistir porque lhes faltam as mães. E como obrigaram as vacas, muitas delas quase

a terem as crias, a andarem 13 a 14 quilómetros, comprometeram a vida dos animais e dos filhos. Não vão resistir com certeza.

Foi um grande golpe para nós. Não poderemos escondê-lo. Mas a gente tem de resistir, de lutar. Já nos levaram cerca de 3000 hectares em 14 reservas que nos marcaram desde 1977. E com estas reservas tiraram-nos casões, barragens, lagar — tudo arranjado por nós. Mas a gente continua a lutar, continua a encarar o futuro. E posso dizê-lo: quando vocês publicarem esta reportagem, estamos nós a inaugurar uma creche para os filhos dos trabalhadores e para toda a população e dentro em breve inauguraremos uma cantina grande, também aberta a toda a gente.

Esta é a história de um roubo em terras da Reforma Agrária. Mas há muitos, muitos outros. Na UCP Pioneiros da Reforma Agrária, Quintos (Beja) foram roubadas 190 vacas leiteiras. Na UCP "Aguiar" 400 ovelhas; na UCP "Flor do Alentejo" (Évora) levaram 1000 cabeças de gado, além das constantes do inventário. Casos como estes somam-se todos os dias. "Até um dia", dizem os trabalhadores. Até um dia. Porque a Reforma Agrária vencerá. Esta a certeza que anima à luta, que cerra vontades e forças.



Pequenos agricultores da Liga de Coruche não querem as terras roubadas às UCP's/Coop



Apesar da ofensiva os trabalhos prosseguem. Esta é uma imagem da esgalha da cortiça. E que os trabalhadores sabem que a batalha da produção é uma frente de luta

Pequenos agricultores não serão tropa de choque do Governo

O Governo Sá Carneiro chama «agricultores independentes» a agrários absentistas a quem está a entregar as terras. Há dezenas de dezenas de agrários que já reconstituíram os seus latifúndios e têm de novo 4 e 5 mil hectares de terras. Chegou-se mesmo ao ponto de algumas famílias de agrários terem mais terras neste momento do que antes do 25 de Abril.

Eis alguns exemplos: Família Moura Neves: 3600 ha; Família Costa Pinto: mais de 5 000 ha; Família Drago: 2 500 ha.

Isto é claramente contra a Constituição, isto é uma tentativa de ressuscitar o estado dos agrários e dos capitalistas do antes do 25 de Abril.

Em contrapartida, dos 40 000 hectares de terras que este Governo roubou já às UCP's/Cooperativas, quantos hectares foram parar às mãos dos pequenos e médios agricultores? E os magros hectares que foram parar a pequenos agricultores, sem que condições lhes sejam dadas para a sua actividade, como podem frutificar nas suas mãos se são

resultado de um roubo, se significam desemprego e fome para outros trabalhadores da terra? Se são afinal um meio, e somente isso, para a Aliança Reaccionária justificar o monstruoso esbulho que está a desenvolver?

Quem duvida que estes magros hectares, dos milhares roubados às UCP's/Coop., a manter-se o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral estariam na posse de pequenos agricultores apenas transitoriamente, apenas enquanto isso interessar às forças da reacção, pois tal como ao regime fascista o que importa à direita é a ruína progressiva das camadas médias trabalhadoras do campo para que as suas terras sejam aglutinadas pelos grandes agrários, engrossando latifúndios? Quem duvida que com o Governo Sá Carneiro esta política ganha mais força na medida em que a entrada no Mercado Comum, sonho dourado deste Governo, aceleraria o processo de desintegração das pequenas e médias propriedades?

A verdadeira face da política de Sá Carneiro vê-se quando este aumenta o gasóleo, não concede créditos em condições e paga mal

ou não paga o que os agricultores e UCP's/Coop. produzem.

Os discursos sobre o «agricultor independente» e a «entrega da terra a quem a não tem», quando diariamente assistimos a roubos de terra a cooperativas para a entregar aos latifundiários, não passam de uma indigna e grosseira mentira que os factos quotidianos desmentem e que os agricultores começam a desmistificar. A linguagem de «entregar a terra a quem a não tem» quando estão por expropriar 700 000 hectares e quando o esbulho às cooperativas afecta muitas vezes pequenos agricultores das zonas, é uma mentira, uma isca aos agricultores menos esclarecidos. Sá Carneiro quer utilizar os pequenos e médios agricultores como tropa de choque para os seus sinistros desígnios de destruição da Reforma Agrária.

É preciso por toda a parte esclarecer e mobilizar os pequenos e médios agricultores. Reforçar a aliança entre trabalhadores das UCP's e Cooperativas e os pequenos e médios agricultores continua a ser uma preocupação, uma tarefa a concretizar-se cada vez mais.

Quando a esmola é grande o pobre desconfia!

— alerta aos agricultores de Portalegre

Cresce o movimento de pequenos e médios agricultores contra a manobra demagógica do Governo da Aliança Reaccionária que pretende utilizá-los para justificar perante a opinião pública a escandalosa rapina com que atinge as UCP's/Coop.

Várias organizações de pequenos e médios agricultores têm vindo publicamente a manifestar o seu protesto, a denunciar as intenções do Governo em tomá-los cúmplices dos roubos às UCP's/Coop. Entre elas está o Secretariado das Ligas e Organizações de Agricultores de Portalegre, que alerta os agricultores, rendeiros e seareiros do distrito para a acção de indivíduos que têm aparecido em muitos concelhos de Portalegre, junto dos agricultores, nos cafés, nas tabernas, incitando-os — e até a outras pessoas que nada têm a ver com a lavoura — a preencherem documentos para receberem terra.

O que pretende o Governo?

Eis a interogação colocada pelo Secretariado das Ligas e Organizações de Agricultores do Distrito de Portalegre, que conclui:

O Governo Sá Carneiro, que pela repressão comete as mais brutais ilegalidades, continua a destruir as UCP's e Cooperativas, e vem fugir-lhe cada vez mais o apoio do povo trabalhador, vem demagogicamente junto de nós, agricultores, acenar-nos com uns hectares de terra roubados às Cooperativas. Com que intenção?

Querará o nosso apoio a troco de uns palmos de terra que pela força das armas tira às Cooperativas?

Querará que os agricultores fiquem cúmplices e dêem o seu apoio ao seu plano de destruição da democracia?

O ditado diz: quando a esmola é grande, o pobre desconfia!

Se o Governo quer resolver os nossos problemas, porque é que não trata de expropriar os mais de 700 000 hectares de terra que se encontram nas mãos dos grandes latifundiários, como tantas vezes as nossas organizações têm pedido?

E por que não satisfaz as nossas justas reivindicações?

Não, senhores do Governo!

Os agricultores, rendeiros e seareiros do Distrito de Portalegre não se deixarão embalar em falsas promessas; conhecem bem os amigos que andam agora a fazer os Inquéritos, e não servirão de tropa de choque para o regresso dos grandes latifundiários!

O Secretariado das Ligas e Cooperativas do Distrito de Portalegre está confiante que os agricultores, rendeiros e seareiros saberão dar a resposta adequada a mais esta balda manobra, saberão encontrar o caminho correcto, com firmeza e serenidade e não se deixarão envolver nesta provocação!



Baixou o preço da carne de porco. Será benesse do Governo da Aliança Reaccionária? Acreditá-lo é embarcar em mais uma manobra demagógica de Sá Carneiro/Freitas do Amaral. A verdade é que o preço baixou no consumo dada a enorme oferta de suínos. E esta oferta é resultado do enorme incentivo que as UCP's/Coop. deram à produção pecuária e aos esforços dos pequenos agricultores, uns e outros a braços com preços de garantia à produção que estão longe de serem compensadores. Sim, a carne de porco baixou no consumo: graças às UCP's/Coop. fundamentalmente e também à pequena e média produção. Mas os lucros vão para os intermediários e os louros para o Governo da Aliança Reaccionária. Esclarecer, desmistificar as manobras grosseiras de demagogia da direita, é tarefa de todo o militante, é tarefa de todo o trabalhador e democrata

IV Conferência da Reforma Agrária Defender as UCP's/Coop. Prosseguir Abril!

A ofensiva brutal, a instabilidade social provocadas pelo Governo da Aliança Reaccionária não detém, nem deterão, os trabalhos preparatórios da IV Conferência da Reforma Agrária que se realizará nos próximos dias 12 e 13 de Abril. Encarada justamente como um momento fundamental na luta dos trabalhadores em defesa da Reforma Agrária, a IV Conferência tratará questões da produção, organização e gestão das unidades colectivas, da resposta à ofensiva e do reforço da aliança

com os pequenos e médios agricultores. É sobre estas questões que se vem desenvolvendo em amplo debate nas UCP's/Coop., englobando simultaneamente trabalhadores do sector privado, pequenos e médios agricultores, delegados sindicais e técnicos progressistas.

A menos de um mês da Conferência, encontra-se em fase de conclusão o tratamento dos inquéritos relativos a 408 UCP's/Coop.. Brigadas de

trabalhadores, técnicos e estudantes, muitos em trabalho voluntário, aceleram a análise dos dados obtidos nas Cooperativas, procedendo a um apuramento estatístico que permitirá conhecer com profundidade as realizações e dificuldades da Reforma Agrária.

A Conferência, em cujos trabalhos participarão 2500 delegados e 600 convidados, enquadrará-se na luta dos trabalhadores no sentido de conjugar esforços para travar o VI Governo.

Domingo em Coimbra: II Encontro da Lavoura

Um debate sem precedentes agita pequenos e médios agricultores de Norte a Sul do país. Ligas, Cooperativas, União, núcleos do MAPRU desenvolvem uma intensa actividade através de reuniões em que milhares de pequenos e médios agricultores analisam a sua situação e reafirmam a vontade de a transformar no sentido de salvaguardar os interesses da lavoura.

Isto tudo porque no próximo domingo, dia 23, vai realizar-se, em Coimbra, o II Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal — Assembleia Geral da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Mais de uma centena de Ligas, Cooperativas, Casas do Povo, Conselhos Directivos dos Baldios, União, Associações, Comissões e Movimentos de Agricultores confirmaram já a sua participação no Encontro, que se propõe traçar quadro aprofundado sobre a situação da agricultura no nosso país, problemas profissionais, económicos e sociais dos agricultores e das suas organizações, e reivindicar medidas para a resolução da grave crise da lavoura.

Tema do Encontro será também o balanço da actividade da CNA desde a sua criação em Fevereiro de 1978 e a eleição dos respectivos corpos directivos para o próximo triénio.

A garantia de preços mínimos à produção e de escoamento dos produtos; os preços do gasóleo, adubos, rações e sementes; os créditos à agricultura; os despejos arbitrários de rendeiros; a administração dos baldios pelas populações; pagamento de indemnizações em atraso e seguro nacional agropecuário; a actualização das pensões e abono de família; legislação para as Casas do Povo e subsídios de automecanização — todos são problemas fundamentais, de urgente resolução, que constam do «Documento da Discussão» elaborado pela CNA e distribuído a todas as organizações de agricultores. É com base neste documento que se processam as reuniões de pequenos e médios agricultores, nas quais se enunciam desde já propostas muito concretas para reclamar medidas ao Governo, as quais serão sintetizadas no Encontro da CNA no próximo domingo em Coimbra.

Semana

12
Quarta-feira

1930 — Ghandi inicia na Índia a campanha de desobediência civil contra a Inglaterra, a potência colonial.

O porta-aviões norte-americano "Okinawa", acompanhado de mais seis navios de guerra da 7.ª Esquadra, chegam a Singapura para uma escala a caminho do Oceano Índico, sendo o seu objectivo final o estacionamento no mar de Oman e no Golfo Pérsico. ■ Dois dos suspeitos do assassinio de Aldo Moro são condenados por um tribunal de Turim a um total de seis anos de prisão. ■ O secretário do Conselho Revolucionário do Irão, Mohamad Beheshti, afirma que a extradição do ex-Xá e a devolução da sua fortuna ao Irão continuam a ser as condições para a libertação dos reféns norte-americanos retidos na embaixada dos EUA em Teerão. ■ O ministro das Finanças do primeiro governo do Zimbabué independente, Enos Nkala, declara em Addis-Abeba que o seu país não aceitará qualquer auxílio económico que seja condicionado por imposições estrangeiras. ■ Hans Dietrich Genscher, ministro dos NE da RFA, considera que o direito à autodeterminação do povo palestino e o reconhecimento de Israel como Estado são as premissas básicas para uma paz duradoura no Médio Oriente. ■ A revista "Stern" da RFA afirma que Israel possuía bombas nucleares na altura da guerra de 1973 e estava na disposição de as utilizar.

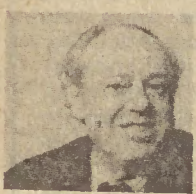
13
Quinta-feira

1938 — Hitler proclama na "Praça dos Heróis", em Viena, a anexação da Áustria à Alemanha nazi.

A agência soviética TASS informa que os EUA estão a proceder ao recrutamento de mercenários entre cidadãos norte-americanos, incluindo alguns da origem afgã e iraniana, para serem enviados para o Paquistão, esta operação subversiva está a ser organizada pela CIA e com o consentimento do Departamento do Estado e de Brzezinski, o Conselheiro de Carter para a Segurança, sendo articulada através da organização "Resistência do Afegão", sediada em Los Angeles, nos EUA. ■ O Governo austríaco concede o estatuto de representante diplomático ao enviado permanente da Organização de Libertação da Palestina (OLP) em Viena, o que equivale a um reconhecimento oficial da OLP. ■ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) informa que entre 1974 e 1979 a produção do aço bruto nos 24 países capitalistas da OCDE diminuiu 5%, ao passo que a produção nos dez países socialistas (incluindo URSS) aumentou 13% no mesmo período. ■ O primeiro-ministro do Zimbabué independente, Robert Mugabe, revela em conferência de imprensa que as linhas dominantes do seu programa de governo são a reconstrução nacional e a reestruturação da administração pública dominada pelos brancos.

14
Sexta-feira

1868 — Nasce o escritor russo Máximo Górkii.

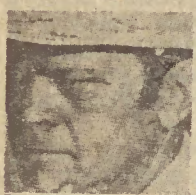


Lord Soames

Começam em Troms, na Noruega, a cerca de 620 km da fronteira com a União Soviética, manobras militares que envolvem oficialmente 18 mil soldados de sete países da NATO. ■ Zbigniew Brzezinski, conselheiro do presidente Carter para a Segurança Nacional, ameaça com a utilização da força militar dos EUA no conflito com o Irão. ■ O governo conservador britânico de Margaret Thatcher sofre duas importantes derrotas ao se verificar uma deslocação de 12,9% do eleitorado para os trabalhistas numa eleição parcial ontem realizada e ao ser rejeitada pela Câmara dos Lordes uma proposta do governo. ■ O governador britânico Lord Soames anuncia que a Rodésia, última colónia britânica em África, se tornará o Estado Independente do Zimbabué em 18 de Abril próximo. ■ Um avião da companhia aérea polaca "Lot" despenha-se no aeroporto de Varsóvia vitimando 87 pessoas. ■ Um avião militar norte-americano de transporte despenha-se no sul da Turquia, tendo morrido as 18 pessoas que se encontravam a bordo.

15
Sábado

44 — É morto Júlio César à saída do Senado romano.



Ford desiste

O Partido Revolucionário Islâmico (PRI), constituído essencialmente por membros do clero shiíta, obtém a maioria dos votos na primeira volta das eleições parlamentares iranianas, ontem realizadas. ■ O presidente Carter, dos EUA, anuncia um "pacote" de medidas financeiras restritivas, como forma de "combate" à inflação, cujas taxas de crescimento não param de aumentar. ■ O embaixador cubano na Colômbia, Fernando Ravelo, oferece-se para servir de mediador entre o governo colombiano e os guerrilheiros esquerdistas que ocupam a embaixada dominicana em Bogotá, com 30 reféns no interior, incluindo 12 embaixadores. ■ O ex-presidente dos EUA, Gerald Ford, anuncia a sua decisão de não se candidatar à nomeação pelo seu Partido para as presidenciais, na sequência da falta de apoio por parte dos representantes republicanos no Congresso.

16
Domingo

1921 — Termina o X Congresso do PC(b)R, que decide a passagem à nova política económica (N. E. P.) na União Soviética.

O jornal soviético "Pravda" denuncia as tentativas norte-americanas de erguer uma presença militar na área do Golfo Pérsico, procurando criar uma "psicose militarista". ■ Uma conferência internacional apoiada pela ONU e onde participaram cerca de 100 delegados, apela para o Conselho de Segurança impor um embargo petrolífero à África do Sul, tendo em vista a ameaça à paz e à segurança internacionais que representa o governo racista sul-africano.

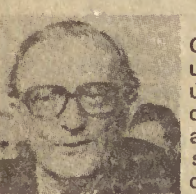
17
Segunda-feira

— Dia Internacional de Solidariedade com o povo do Zimbabué.

O embaixador do Uruguai na Colômbia, Fernando Gomes, escapa-se da embaixada da República Dominicana em Bogotá, onde guerrilheiros esquerdistas mantêm cerca de 30 diplomatas sequestrados. ■ A imprensa sul-africana constata com satisfação a reaproximação política e a cooperação económica crescente entre a República Popular da China e o regime racista da África do Sul. ■ José Eduardo dos Santos, presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola parte de Luanda para Havana, para uma visita oficial de cinco dias a Cuba. ■ O Pentágono anuncia que uma "força de intervenção" composta por seis navios transportando 1800 homens, entrou no Oceano Índico e dirige-se para a costa do Irão; a chegada desta nova força eleva para 31 o número de vasos de guerra norte-americanos na zona. ■ O Círculo dos Soldados Democratas de Kassel, citado pela agência TASS, revela que o espírito do exército nazi está a ser implantado em algumas unidades militares da RFA, tendo sido vistos soldados com uniformes nazis num campo militar da cidade de Fulda.

18
Terça-feira

1970 — Golpe de Estado no Camboja promovido pela CIA.



Lord Carrington

O ministro britânico dos NE, Lord Carrington, afirma no Parlamento que se pode obter uma solução no Médio Oriente sem levar em consideração a OLP. ■ Os EUA convidam a República Popular da China a exprimir as suas "opiniões" sobre as "formas de combater" a presença soviética no Afeganistão. ■ Indivíduos armados abatem a tiro um conhecido magistrado do Tribunal da Relação quando este entrava num autocarro, em Roma; o crime foi reivindicado pelo grupo terrorista autodenominado "Brigadas Vermelhas". ■ A polícia e forças militares de São Salvador reprimem violentamente a greve nacional decretada no país, matando e ferindo dezenas de pessoas.

A quem serve a campanha eleitoral nos Estados Unidos?

1980 é ano de eleições nos Estados Unidos. Em todo o sistema capitalista, ano de eleições quer dizer, um mundo de promessas — a não cumprir. Foi assim há três anos quando Carter garantiu ao povo norte-americano a reanimação da economia, o combate à inflação e ao desemprego e uma batalha renhida pela paz, pelo desarmamento, em particular no que diz respeito às armas nucleares. Em 1980, Carter serve ao eleitorado norte-americano um outro tipo de promessa — desta feita bem mais perigosa: «ser o país mais poderoso do mundo»...

As promessas de 1977 nada tinham a ver com a realidade. A nível interno nenhum pro-

concretizar a pretensão dos Estados Unidos de desempenharem o «principal papel no mundo»: a declaração de zonas de «interesse vital», a criação de um «corpo de reacção rápida» para actuar em tais zonas, o boicote a todas as iniciativas de paz, a crescente militarização da economia, a promoção da corrida aos armamentos, o uso sistemático da provocação, da combater o desemprego, particularmente entre os jovens. Os efeitos serão naturalmente os mesmos. E as razões invocadas também: são os aumentos salariais os «responsáveis», claro está; os aumentos dos lucros dos grandes monopólios, o crescimento das despesas militares



«Quero trabalhar» — uma exigência comum a milhares de trabalhadores norte-americanos e que, neste momento, não figura sequer nas promessas eleitorais, quando a caça ao voto justifica todas as demagogias

● A campanha eleitoral para o Congresso, em 1978, demonstrou que, em 80% dos casos, vence o candidato que conta com maior apoio financeiro.

● Entre 1940 e 1972, o custo total da etapa final das eleições aumentou 10 vezes para os republicanos e 7 vezes para os democratas.

blema foi resolvido, antes se agravaram, todos e cada um: o desemprego em massa, a inflação, a crise energética, a estagnação económica. Quanto à «batalha» da paz, Carter partiu para ela com a bagagem da provocação: usando o «argumento» dos «direitos humanos» conduziu uma política de deterioração das relações com a União Soviética e a comunidade socialista. Tinham-se entretanto tomado as decisões que hoje se tenta fazer passar por uma resposta aos acontecimentos no Irão ou no Afeganistão. De facto, a criação de um «corpo de reacção rápida» foi decidido em 1977, e o aumento das despesas militares reais dos países da NATO a um ritmo de 3% ao ano (que tenderá ainda a aumentar) fora considerado já em Maio de 1978.

As promessas de hoje

— centradas e não por acaso, no domínio da política internacional — têm uma correspondência prática muito clara. Esforços não faltam para

nunca surgem como o elemento base que são das taras de uma sociedade que nelas assenta.

Quem são os eleitores?

Nas suas consequências e na sua realização as eleições nos EUA nada têm a ver com os interesses e vontade do povo norte-americano. Têm, sim, muito a ver com os interesses dos grupos monopolistas. Não é por acaso que congressistas e senadores invariavelmente homens de negócios, os seus administradores ou os respectivos advogados. Henry Jackson, do Estado de Washington, conhecido como o «senador Boeing», dedica-se do há muito a defender os interesses dessa companhia — que produz aviões de passageiros de combate e mísseis — de que a sede e as fábricas estão instaladas exactamente nesse Estado. O congressista MacDonald (conforme foi revelado pela Comissão Eleitoral Federal) foi financiado na sua reeleição por firmas ligadas ao departamento de Defesa norte-americano, como o

a «Lockheed Aircraft», a «Rockwell International» e a «Hughes Aircraft». O registo dos bens dos senadores, do Secretário do Congresso, indica que, pelo menos 36 senadores são acionistas dos maiores bancos americanos, 31 das maiores empresas que trabalham para o Pentágono, 10 de empresas químicas, 18 de firmas de produção de energia e 18 de companhias de ameaça, da chantagem económica. Os exemplos sucedem-se.

A revolução iraniana representa, por si e pelos seus reflexos em todo o Médio Oriente, a possibilidade dos países produtores de petróleo defenderem melhor os seus interesses? — os EUA consideram-na zona de «interesse vital», ameaçam intervir militarmente, concentram importante força naval na região. O povo afegão decide fazer frente às provocações montadas pelo imperialismo com o apoio da China e utilizando território do Paquistão? — pois os EUA consideram a reacção do povo afegão como «ingerência soviética» e lançam uma sistemática campanha caluniosa, recheada de ameaças, jogando no recrudescimento das acções provocatórias.

E a nível interno?

No domínio interno não há nada a prometer. Porque todos os problemas se agravam a olhos vistos sendo difícil

jogar na sua minoração com os velhos expedientes de há muito comprovadamente ineficazes. Em Janeiro de 1979, no discurso anual sobre o «Estado da União» perante o Congresso, surgiu como decisão fundamental — nomeadamente a pretexto de travar a inflação — o aumento do orçamento militar, sacrificando simultaneamente os fundos sociais (um corte de 15 a 20 milhões de dólares). Agora, e com o mesmo pretexto, volta-se a cortar no crédito ao consumo e nas despesas públicas em sectores como os serviços sociais e programas para seguros.

Cada vez menos eleitores

A actual campanha corresponde inteiramente aos interesses representados nos órgãos do poder dos EUA. Coaduna-se simultaneamente com a necessidade de distrair o eleitorado dos problemas internos, fomentando sentimentos chauvinistas. Todas as manobras se «justificam» ao mesmo tempo que se acentua a apatia do povo norte-americano pelas eleições. Após a segunda grande guerra é de mais de 40 por cento a média de eleitores que se recusa regularmente a participar nas eleições presidenciais. Em 1978, nas eleições para o Congresso, foi estabelecido um «record» de dezenas de milhões de americanos ignoraram as eleições.

CAME promove cooperação

Os dez países membros do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME) — que agnupa a quase totalidade dos países socialistas da Europa, a Mongólia, o Vietname e Cuba — constituem a mais dinâmica zona económica mundial e caracterizam-se pelo mais elevado ritmo de desenvolvimento económico.

Com um décimo da população mundial, os países do CAME fornecem um terço da produção industrial mundial, e a sua parte nos rendimentos nacionais é de 25 por cento.

Pelos resultados obtidos a nível socioeconómico, nomeadamente

na aproximação progressiva de países que partiram de realidades económicas com diferenças muito acentuadas, o CAME funciona como ponto de atracção para países em vias de desenvolvimento.

A luta dos países do CAME por uma justa alteração das relações económicas a nível internacional é uma das direcções fundamentais da sua política. Os membros do CAME não só apoiam activamente as medidas tendem por fim acelerar a transformação progressista das relações económicas internacionais como contribuem para a liquidação do neocolonialismo,

do racismo e de todas as formas de discriminação internacional.

Nos últimos 20 anos, os países do Conselho construíram nos países em vias de desenvolvimento 3958 unidades fabris, das quais 180 estabelecimentos de indústria mecânica e metalomecânica, 500 fábricas de indústria ligeira e alimentar, mais de 50 siderurgias e fábricas de metais não-ferrosos, etc.

Como exemplo da cooperação estreita do CAME com países em vias de desenvolvimento podem-se citar as relações com o México e o Iraque, com os quais foram

assinados acordos de cooperação em 1975.

Na última sessão do Conselho, realizada em Moscovo, participaram também representantes de Angola, Afeganistão, República Democrática e Popular do Yemen, Iraque, Laos, Moçambique, México, Etiópia e Finlândia.

Pela sua política — assente no respeito dos princípios estipulados na Acta Final de Helsínquia — pela cooperação que promove entre países com sistemas sociopolíticos diferentes, o CAME contribui para o desenvolvimento da cooperação internacional, para o desanuviamiento, para a paz.

Berufsverbote contra os comunistas e as forças progressistas

“Ninguém deve ser perseguido pelas suas concepções políticas” — afirma-se no parágrafo 3 do artigo 3.º da Constituição da RFA.

Mas os factos não se ajustam aos preceitos constitucionais.

Nos dias 24 a 26 deste mês vai ser julgado o funcionário dos Correios Hans Peter. Acusação: “Agiu contra o nosso sistema constitucional livre e democrático”. Em que consiste — de acordo com o libelo — tal acção inconstitucional?

— Hans Peter foi candidato pelo Partido Comunista Alemão às eleições para o Parlamento Estadual em 1972 e para as autarquias em 1974.

— É militante do PCA; — Assistiu a um comício eleitoral em 1969 de uma coligação eleitoral então existente denominada “Acção do Progresso Democrático”; — Visitou durante 6 dias a RDA, em 1974;

— Permitiu que o seu nome aparecesse em vários jornais como candidato do PCA; — Foi eleito para diversos mandatos em representação do PCA;

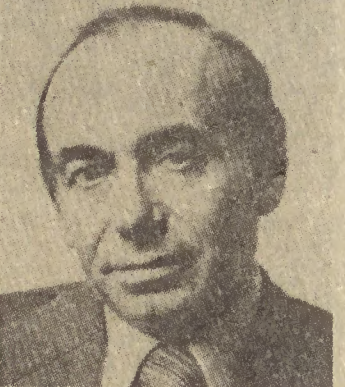
— Fez publicar uma sua tomada de posição na secção “Correio do Leitor” da edição de 23-24 do jornal “Unsere Zeit”, órgão central do Partido Comunista Alemão; — Comunicou ao Grupo de Acção de Stuttgart contra as Berufsverbote dados sobre o processo contra si instaurado.

Acusações — como se vê — todas ligadas única e exclusi-

vamente à sua militância no PCA — partido legal.

E as provas?

Como é destacado pelos jovens socialistas do Estado de Baden-Württemberg, num protesto contra o processo instaurado a Hans Peter, estes consideram como provocação particularmente refinada o facto de no processo contra Hans Peter se ter incluído toda uma colecção de excertos de documentos do PCA referentes à sua “dita”



Hans Peter

inconstitucionalidade”. E acrescentam — “trata-se não de um recurso às provas concretas mas antes a sistemática campanha de calúnias contra os comunistas”.

De facto através da prática das interdições profissionais é o Partido Comunista Alemão que se pretende atingir, assim como as outras forças progressistas.

Nos Correios e nos Caminhos de Ferro Federais há cerca de 50 processos de Berufsverbote. Em nenhum dos casos surge qualquer

acusação concreta de prática contra a Constituição. São mesmo frequentes os elogios e os louvores, no campo profissional, por parte do Ministério.

Em princípios de Fevereiro, dois técnicos de comunicações — Karl Heniz e Siegfried — foram despedidos pela Direcção Superior dos Correios por razões de “segurança” e de “defesa do sigilo” do trabalho. A acusação invocada era serem membros do Partido Comunista Alemão.

Os esforços para atingir o PCA são evidentes e nem sequer se tenta mascarar-los. Em esclarecimento a uma questão levantada no Parlamento, o governo declarou que a candidatura a mandatos públicos pelo PCA, tal como o exercício de funções neste Partido, são actividades políticas “em que é preciso verificar caso a caso se são possíveis de instauração de um processo por perda de confiança política”.

Protestos contra o processo instaurado a Hans Peter

No âmbito de uma prática profundamente antidemocrática como o é a das interdições profissionais, o caso de Hans Peter assume particular significado por poder vir a constituir mais um perigoso precedente: é a primeira vez que um funcionário vitalício comparece perante o Tribunal Federal de Disciplina.

Este facto — correspondendo a uma acentuação das Berufsverbote — originou um forte movimento de protesto

em toda a RFA, abarcando mesmo sectores ligados ao partido no governo.

10 deputados do SPD (social-democratas) no Parlamento Federal formularam 18 questões ao Governo Federal em que é colocada a seguinte questão: porque não agiu até agora o governo contra processo tão iníquo?

Os “Jovens Democratas”, organização próxima do Partido Livre Democrático — liberal — condenaram as interdições profissionais e aprovaram uma moção urgente ao Ministério dos Correios Federais, exigindo-lhe que arquive o processo contra Hans Peter.

Os Jovens Socialistas do Estado de Baden-

Zimbabué: como se conquista a paz

A paz é finalmente um facto no Zimbabué. Paz só possível porque hoje — com o poder nas mãos das forças de libertação — se criaram as condições objectivas para responder aos fundos problemas populares. Nenhuma mascarada de governo forjado em Londres ou Washington poderia levar a estes resultados. Porque a paz é impensável sem a solução dos problemas dos povos.

É apontando para essa solução que se estão a dar os primeiros passos. O governo formado — com 23 ministros — inclui uma maioria de membros da ZANU, quatro lugares para a ZAPU, incluindo o Ministério do Interior para o seu dirigente Joshua Nkomo, e dois lugares para a minoria branca. As tropas sul-africanas e os mercenários que, apesar de todas as garantias de Londres, continuavam em território do Zimbabué (cerca de 6000 soldados da RSA e 4500 mercenários oriundos de 15 países, nomeadamente de Portugal) — abandonaram o país. Esboçam-se as linhas gerais de uma nova política: o sistema administrativo vai ser rápida e profundamente reorganizado, a terra — pertencente na sua esmagadora maioria aos brancos — será redistribuída. A nível social aponta-se desde já para a organização dos serviços médicos, estabelecimentos culturais, a batalha contra o desemprego. De imediato surge com prioridade o alojamento dos refugiados e deportados, nomeadamente através da formação de explorações colectivas nas terras abandonadas. São abertas as portas das chamadas “aldeias estratégicas”.

O novo Zimbabué, que haseará a sua bandeira em 18 de Abril, defronta uma realidade complexa e tem de enfrentar à partida a solução de duas questões interligadas: a construção de uma nova sociedade, à medida de um povo até hoje vítima de desenfreada exploração; e defesa da sua soberania. Defesa que está em curso, e que assenta no total apoio popular às forças patrióticas e na sua vitória esmagadora nas eleições.

ESTE apoio teve desde já como resultados concretos impedir qualquer planeada invasão do país ou reacção interna das forças reaccionárias. A necessária estabilidade consolida-se através de uma política tendente a não dar pretextos a qualquer provocação, definindo-se com firmeza pelos interesses do povo do Zimbabué. No plano económico — onde se impõe passar de uma economia de guerra ao serviço de uma minoria branca para uma economia de paz ao serviço do povo do Zimbabué — trata-se de não “sermos recolónizados através da ajuda económica”, como destacou o actual ministro das Finanças do Zimbabué.

O novo Zimbabué constitui não só um factor positivo para todo o continente como um exemplo mais de que a paz, a anulação da tensão em zonas onde o perigo de conflitos generalizados é uma realidade permanente, passa inevitavelmente pela justa solução dos problemas pendentes, de acordo com os interesses e a vontade dos povos.

O que interessa à propaganda do capital ● a nova Eritreia

Diminui acentuadamente o número de barcos com refugiados da Kampuchea. A notícia surge, sintética, discreta, depois da campanha sistemática com que se pretendeu garantir que um povo defende um sistema opressor cuja prática se saído num verdadeiro genocídio, contra as forças patrióticas que abrem novos caminhos ao país.

Agora é o Afeganistão. Nova campanha de calúnias. De novo o mito da invasão estrangeira — antes do Vietname, agora da União Soviética — como motor de processos revolucionários.

Questões que surgem e desaparecem, ao ritmo dos interesses do imperialismo, promovidas e alimentadas pelos seus órgãos de informação e de provocação — como reacção à acção revolucionária dos povos.

Já há tempos que pesa o silêncio sobre a Etiópia e a questão, que foi candente, da Eritreia. Fracassou a provocação. Já não se trata de guerra — control-se em paz. E isso não interessa à propaganda do capital.

Hoje a Eritreia recupera da guerra. O exército revolucionário e as milícias populares trabalham lado a lado com as populações na

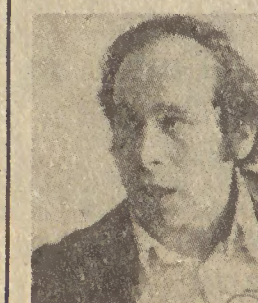
construção de estradas, escolas, hospitais e casas de habitação. O governo central da Etiópia concedeu facilidades materiais a 77 mil pessoas, vítimas das opressões militares. Casas, víveres, vestuário e medicamentos estão a ser distribuídos. Uma comissão especial de emprego colocou nas empresas industriais mais de 2 mil desempregados. No quadro da campanha contra o analfabetismo, 103 mil pessoas participaram em cursos no último ano.

Trata-se este momento de recuperar a economia depois da devastação da guerra. Hoje funcionam normalmente empresas industriais, escolas, hospitais. As cooperativas agrícolas e as propriedades estatais implantam-se nas regiões rurais.

A par deste processo de recuperação, só possível com o apoio e o empenhamento popular, trabalha-se na formação de um Partido dos Trabalhadores da Etiópia — como foi anunciado no fim do ano passado —, o que terá sem dúvida consequências positivas na consolidação do processo revolucionário do país.

É uma realidade que não interessa ao imperialismo divulgar.

Nos transportes e correios há 50 pessoas atingidas pelas interdições profissionais. As razões são sempre as mesmas e nada têm a ver com violação dos preceitos constitucionais. Estes alguns exemplos.



Rudi Roder, 33 anos, maquinista chefe de locomotiva. Com um processo disciplinar com base na militância e nas funções que exerce no PCA. Já em 1977 lhe tinha sido instaurado um processo, sendo arquivado entretanto.



Rosemarie Ukrow, Frankfur, secretária de telecomunicações, funcionária vitalícia. Processo disciplinar a correr desde 1979 por ser militante do Partido Comunista Alemão e ter sido candidata por este Partido.



Axel Seiderer, 31 anos, inspector de caminhos de ferro em Frankfurt. Despedido a 31/12/77. Motivo fundamental: ter passado do SPD para o PCA.



Werner Krone, 36 anos, técnico de construção e reparação de máquinas nos Correios Federais em Darmstadt. Demitido em 1973. Acusação mais grave: ter distribuído propaganda contra o Xá do Irão.

Ao trabalho! A Festa é em Julho!

Uma maneira de ser Portugal Um modo de viver Abril

• Alto da Ajuda — 11, 12 e 13 de Julho: vamos fazer a Festa do «Avante!». A quinta vez que o grande colectivo do nosso Partido ergue no Portugal de Abril esse acontecimento impar, em três dias de alegria, fraternidade e humanidade. A quinta vez em que erguemos esta maneira de ser Portugal, este modo de viver Abril.

• A Festa deste ano realiza-se em Julho. Porquê? Setembro era a data que, no calendário, vínhamos dando à nossa Festa. Mas Setembro de 1980 vai-nos dar este ano um período eleitoral. E, por isso, vamos em 11, 12 e 13 de Julho viver no Alto da Ajuda o Portugal de Abril — certos de que em Setembro vamos por todo o País defendê-lo.

• A antecipação da data da Festa do «Avante!» impõe que, desde já, todo o enorme colectivo do nosso Partido comece a organizar até ao pormenor todas as tarefas relacionadas com a preparação e a realização da Festa. O tempo, este ano, é mais curto e, ao contrário dos outros anos, não podemos contar este ano com o período de férias para nos dedicarmos mais inteiramente à Festa. É, portanto, altura de nos lançarmos ao trabalho, aproveitando a rica experiência colhida nas anteriores Festas.

• Conforme já dissemos, a Festa vai realizar-se novamente no belíssimo cenário natural do Alto da Ajuda, ali mesmo debruçado sobre o Tejo. O recinto é, portanto, o mesmo — mas o seu aspecto é que será diferente. Podemos desde já adiantar que, por exemplo, a localização das diversas organizações regionais do nosso Partido não será idêntica à do ano passado, contribuindo assim para que a grande cidade da Festa seja uma cidade diferente em que cabe um país novo.

• Mas há, entretanto, coisas que não mudam. A localização do Palco 1, por exemplo. A Festa do ano passado comprovou ser aquele o melhor local, em termos de visibilidade e audição, para os grandes espectáculos que aí tiveram lugar. E, por isso, este ano, a decisão já está tomada: o Palco 1 mantém-se no mesmo local.

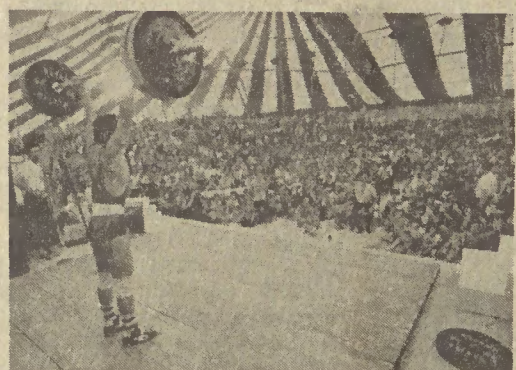
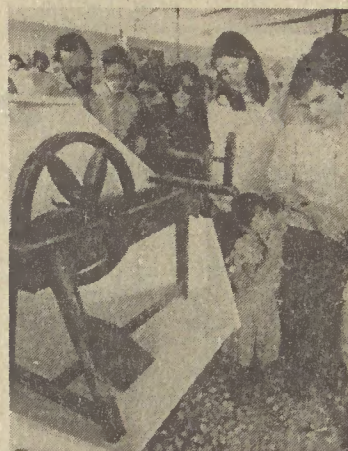
• Coisa diferente acontece, no entanto, com o Palco 2: se bem que fique localizado na mesma zona do ano passado, o sítio vai ser outro, aproveitando melhor certas condições do terreno. E, a propósito de Palco 2, podemos desde já fazer uma revelação: está a ser preparado para esse local uma realização especial, em termos de espectáculo. Adiantamos que se trata de um festival... mas iremos dando mais notícias.

• Falando ainda de palcos e de espectáculos: tem sido uma constante, nas sucessivas edições da Festa do «Avante!», a constante melhoria das condições técnicas dos diferentes palcos. Apesar disso, neste aspecto, temos ainda estado aquém das exigências. Mas, na Festa deste ano, vai acontecer neste domínio, um salto qualitativo.

• São várias as preocupações que, em cada ano, a organização da Festa tem que enfrentar. Uma das que é constante é a questão dos restaurantes. É uma preocupação que tem passado das cabeças da organização para as bocas de muitos dos que acorrem à Festa, materializada na pergunta: «E agora, como é que vamos fazer para comer qualquer coisa?». Pois parece que este ano, a solução está bem encaminhada. Vários camaradas, nomeadamente especialistas da indústria hoteleira, têm estado debruçados sobre o problema e parece que a solução é um ovo... não um ovo estrelado ou cozido, mas um ovo de Colombo...

• Se, nas anteriores Festas, a afluência aos restaurantes foi enorme, no caso dos «stands» onde havia petiscos à venda é caso para dizer que foi um ver-se-te-avias... Também este ano as diversas organizações do Partido estão já a encarar soluções para este problema, de modo a que na Festa não falem os tão apreciados — e procurados — petiscos de cada região.

• E pronto, já divulgámos os primeiros pormenores relacionados com a edição deste ano da Festa do «Avante!», festa que vamos erguer com o empenhamento que pomos nas nossas tarefas, com o empenhamento que tornou a Festa do «Avante!» na maior, na mais extraordinária, na mais fraternal e humana festa jamais realizada no nosso país.



A EP já está à venda!

A EP já está à venda! — era um título que vinha na 1.ª página do n.º 281 do «Avante!». Foi a primeira vez que, no ano passado, se falou da EP da Festa do «Avante!». Só que, então o «Avante!» tinha a data de 7 de Junho. E hoje estamos a 20 de Março...

Mas é verdade: a EP já está à venda e falta pouco mais de três meses para a Festa. O mesmo espaço de tempo que, em 7 de Junho do ano passado, faltava para a realização da Festa.

A Festa este ano é mais cedo, e os trabalhos de preparação também. A venda da EP é, temo-lo dito e a experiência tem-no comprovado, um elemento indispensável da preparação e do êxito da Festa do «Avante!».

Transformar desde já a venda da EP numa intensa campanha de preparação da Festa que este ano vamos realizar mais cedo é, por conseguinte, uma das necessidades de trabalho que todas as organizações, todos os militantes do nosso Partido deve desde já encarar.

Os sorteios das EPs vão aí aparecer, não tarda nada. É preciso que nessa altura já muitas EPs estejam vendidas. Basta dizer que os prémios continuam a ser aliciantes.

O preço? 140\$00. Apenas mais vinte escudos que o ano passado. Não são efeitos da «revalorização» do escudo do Governo Cameiro/Amaral, mas podemos garantir que, pelo menos, não acompanha a inflação que esse Governo lançou sobre a nossa economia...

... Porque Camões pertence ao povo e à pátria

Queira ou não queira a reacção, levaremos a obra de Luís de Camões até ao povo, porque Camões pertence ao Povo e à Pátria e não aos seus inimigos — estas palavras foram proferidas pelo secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, no grande comício do ano passado da Festa do «Avante!».

Estamos no ano do centenário de Camões e porque a Festa do «Avante!» é do Povo português e é do novo Portugal de Abril, as comemorações camonianas vão ter lugar de destaque. Vão ter lugar de destaque nas grandes jornadas de Julho do Alto da Ajuda para que mais próximas estejam do povo a que pertence a obra de Luís de Camões.

A primeira pedra das comemorações do centenário do poeta foi lançada na Festa do ano passado, com a realização de um recital. Este ano, o vasto programa de realizações com o objectivo de comemorar o centenário de Camões irão mostrar que a sua obra deve estar perto do povo que constrói o Portugal de Abril — de que a Festa do «Avante!» é, em cada ano renovada, um símbolo bem vivo. E irão mostrar igualmente que os comunistas e os trabalhadores são — conforme acentuou o camarada Álvaro Cunhal no ano passado — os verdadeiros defensores da cultura, da arte, do património artístico nacional, dos verdadeiros valores da nossa entidade nacional e da nossa História.

Na Festa do «Avante!» de 1980, as comemorações de Camões vão ter lugar destacado, adquirindo uma adesão popular e uma projecção internacional impar — à medida do carácter popular e internacionalista da nossa Festa.

O desporto vai ter uma cidade na Grande Cidade da nossa Festa

Desporto e Festa do «Avante!» são duas realidades ligadas quase desde o início, desde que saímos dos pavilhões da FIL para as matas do Jamor.

A presença do Desporto na nossa Festa tem vindo, em cada ano, a assumir uma presença cada vez mais significativa, cada vez mais aliciante.

Este ano não foge à regra e, no capítulo do Desporto, há, desde já, novidades a registar. A primeira delas é a de que, no recinto da Festa, haverá, pela primeira vez, uma Cidade do Desporto, com três zonas em destaque: um recinto para a prática desportiva, um pavilhão de damas e xadrez e um pavilhão de colóquios e exposições.

O recinto para a prática desportiva terá uma dimensão de 20 por 40 metros e poderá ser permanentemente utilizado para a prática de andebol de sete, basquetebol, ginástica, voleibol, badmington, halterofilia, judo e luta, além de demonstrações de Jogos Tradicionais portugueses. Neste recinto realizar-se-á, igualmente, a fase final do Torneio de Futebol de Salão «Avante!».

Entretanto, numa área descoberta da Cidade do Desporto existirão inúmeros jogos recreativo-desportivos, como pontapé à baliza, lançamento ao cesto, jogos populares, etc.

Isto, no que diz respeito aos três dias da Festa. Antes, animadas competições de futebol de salão, xadrez, damas e corrida irão criar por esse país fora o ideal da competição saudável compreendida como convivência fraterna.